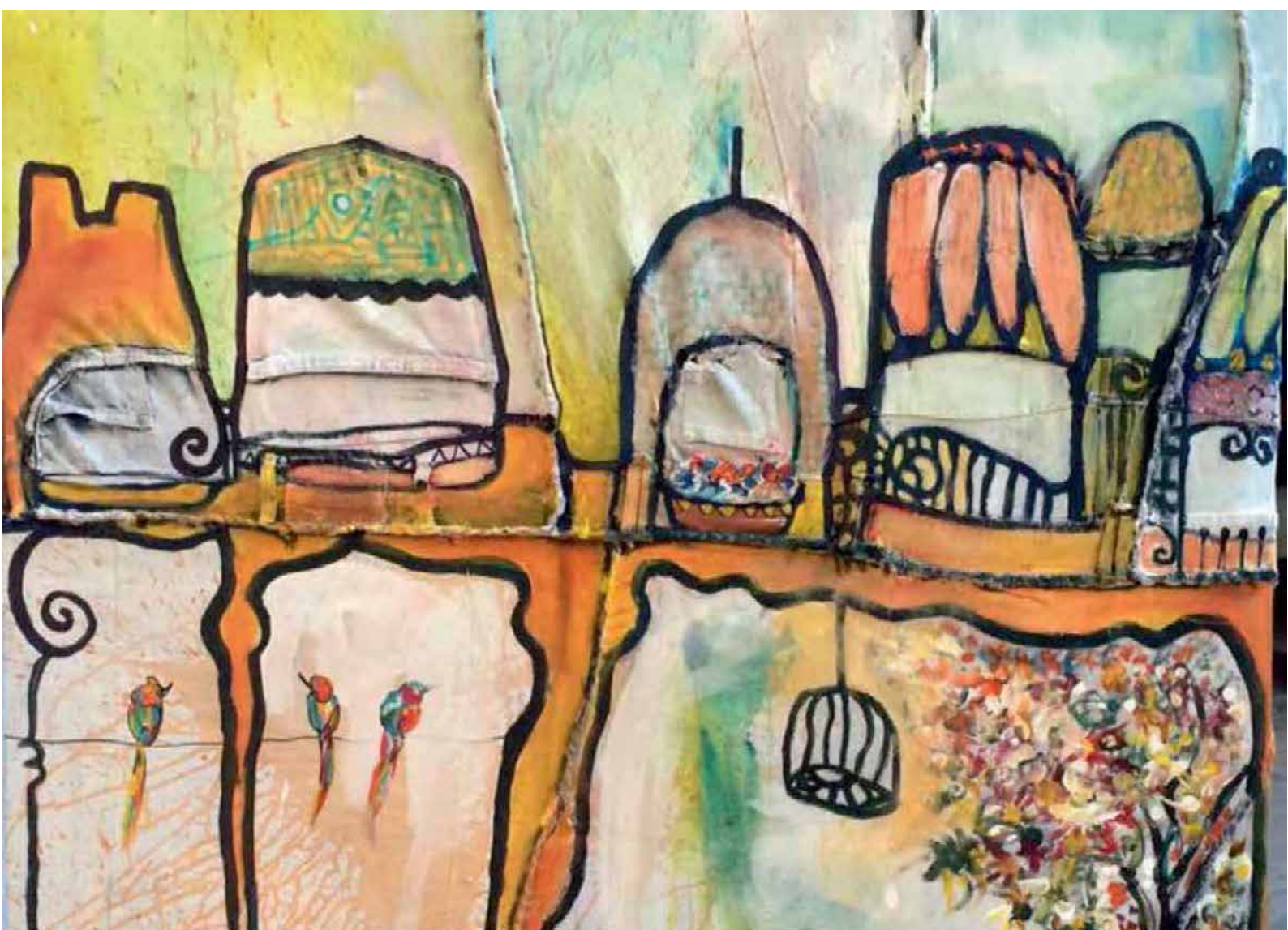




WLSA Moçambique

RELATÓRIO ANUAL 2017



**Lutando pela igualdade de género,
pela paz e pela democracia**



Contactos da WLSA Moçambique:

Rua Padre António Vieira, nº 68 - Maputo - Moçambique

Telefone/Fax: +258-21-415811 / Celular: +258-82-3058100

E-mail: adm@wlsa.org.mz / Boletim: comunicar@wlsa.org.mz / Coordenação: coord@wlsa.org.mz

Website: www.wlsa.org.mz

Foto da capa e da página 2: Excerto da pintura de João Paulo Bias, na capa do livro "Entre a denúncia e o silêncio"



WLSA Moçambique

RELATÓRIO ANUAL 2017

**Lutando pela igualdade
de género, pela paz e pela
democracia**



CORPORAÇÕES ECONÓMICAS E EXPROPRIAÇÃO:

**RAPARIGAS, MULHERES E
COMUNIDADES REASSENTADAS
NO DISTRITO DE MOATIZE**

**CONCEIÇÃO OSÓRIO
TERESA CRUZ E SILVA**

SUMÁRIO

Acrónimos	6
Sumário Executivo	7
Secção I – Contexto	9
Secção II	11
Objectivo 1 - Identificar, reconhecer, desconstruir e denunciar a violação dos direitos humanos no contexto democrático, as práticas culturais que negam o acesso e o exercício dos DH das mulheres	
Objectivo 2 – Contribuir para a criação de plataformas e estratégias comuns com outros actores da sociedade para alargar o âmbito de intervenção na área dos DH	
Objectivo 3 - Promover a troca de conhecimentos para aprofundar os saberes sobre a realidade social, garantindo uma actuação mais eficaz e com impacto em contextos locais	
Objectivo 4 - Garantir a estabilidade financeira e organizacional da WLSA através das políticas internas de rigor, transparência, solidariedade e coesão	
III Secção - Resultados	15
Pesquisa	
Formação	
Comunicação	
Desenvolvimento Institucional e gestão da WLSA	
V Secção - Conclusões e lições aprendidas	25
VI Secção - Anexos	27
ANEXO 1 – Tabelas das acções de formação realizadas em 2017	
ANEXO 2 – Formação com jornalistas: na Rede DSR e no projecto PASSOS	
ANEXO 3 – Advocacia em zonas de exploração mineira	
ANEXO 4 – Participação em eventos	
ANEXO 5 - Relatório do Website (website www.wlsa.org.mz)	
ANEXO 6 - Centro de Documentação e Informação	

Acrónimos

APARMO - Associação das Parteiras de Moçambique

CECAP - Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros

CFJJ – Centro de Formação Jurídica e Judiciária

CIES - Centro Informação e Educação para o Desenvolvimento

DSR – Direitos Sexuais e Reprodutivos

FORCOM – Fórum das Rádios Comunitárias

GAFM - Gabinetes de Atendimento à Família e Menores é a nova designação dos anteriores Gabinetes de Atendimento de Mulheres e Crianças Vítimas de Violência (GAMC)

IFP - Instituto de Formações de Professores

HSH – Homens que fazem Sexo com Homens

MASC – Fundação MASC (Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil)

MEPT – Movimento Educação Para Todos

MGCAS – Ministério do Género, Criança e Acção Social

MEDH – Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

MISAU – Ministério da Saúde

MULEIDE – Mulher, Lei e Desenvolvimento

MTS – Mulheres Trabalhadoras de Sexo

PC – Populações chave do Projecto PASSOS

Rede DSR – Rede de Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos

Rede HOPEM – Rede Homens Pela Mudança

SERNIC - Serviço Nacional de Investigação Criminal

VD – Violência Doméstica

VGB – Violência Baseada no Género

LUTANDO PELA IGUALDADE DE GÉNERO, PELA PAZ E PELA DEMOCRACIA

Sumário Executivo 2017

No ano de 2017, a WLSA atingiu as metas propostas no seu plano anual de 2017, embora tenha havido alguns constrangimentos que atrasaram o início das actividades e interferiram com o seu ritmo de desenvolvimento. Os constrangimentos tiveram a ver com o atraso no desembolso de fundos, a insuficiência de financiamento para algumas actividades e inclusive a situação político-militar do país. Apesar destes desafios a WLSA conseguiu responder aos seus principais objectivos e resultados esperados, aprofundando o trabalho em redes e investindo muito esforço na busca da sustentabilidade da organização.

RESULTADOS

Objectivo 1 - Identificar, reconhecer, desconstruir e denunciar a violação dos direitos humanos no contexto democrático, as práticas culturais que negam o acesso e o exercício dos DH das mulheres

A violação dos direitos humanos das mulheres é produto de uma estrutura que naturaliza e legitima relações de poder desiguais através de mecanismos suportados numa ordem social, política e cultural hegemónica. Assim, a estratégia da WLSA tem sido estudar, denunciar e actuar sobre as práticas culturais que influenciam a construção de identidades sociais em confronto, reflectidas nas instituições, incluindo no quadro legal. Os resultados de trabalho da WLSA e das organizações da sociedade civil mostram que há alguns avanços no sentido de sensibilizar a opinião pública e agentes do governo e legisladores, da importância dos direitos humanos para o desenvolvimento de uma democracia.

Objectivo 3 - Promover a troca de conhecimentos para aprofundar os saberes sobre a realidade social, garantindo uma actuação mais eficaz e com impacto em contextos locais

As acções de formação da WLSA tiveram por finalidade última promover o debate e a troca de conhecimentos para que os grupos alvo estejam mais próximos das realidades locais, permitindo deste modo potenciar a sua intervenção. A prioridade foi de promover os direitos humanos das mulheres, dotando os formandos de capacidade para identificar as desigualdades de género e motivando-os para a acção. Nas várias formações foi possível observar não só a apropriação do conhecimento, mas a mudança de atitudes face aos temas estudados, o que evidencia uma transformação, ainda que incipiente, dos padrões culturais.

Objectivo 2 – Contribuir para a criação de plataformas e estratégias comuns com outros actores da sociedade para alargar o âmbito de intervenção na área dos DH

Um dos impactos directos do trabalho em rede e através de parcerias, é a criação de uma vasta base de demanda para os dossiers prioritários, e que respondem a oportunidades de mudança e como resultado dos vários projectos. Concretamente em 2017, destaque vai para a necessidade de avançar com uma proposta legislativa para combater o casamento prematuro, para a regulamentação da interrupção voluntária da gravidez (de acordo com a lei aprovada) e a retirada da lei da violência doméstica do Código Penal. Também de referir os esforços para a revisão da Lei da Família e da Lei das Sucessões e Herança.

Objectivo 4 - Garantir a estabilidade financeira e organizacional da WLSA através das políticas internas de rigor, transparência, solidariedade e coesão

A estabilidade financeira da WLSA tem constituído um desafio e um processo que se vem realizando ao longo dos últimos anos, traduzindo-se no reforço das estratégias já definidas e/ou na elaboração de novas estratégias que visam produzir impactos a diferentes níveis. A nível interno constata-se que devido à experiência anterior e à adopção de boas práticas na gestão financeira houve um impacto positivo que se traduziu na prestação atempada de contas e no controlo permanente dos fundos existentes por programa, o que tem contribuído, por um lado, para prever a alocação de meios e, por outro lado, para adequar as actividades previstas à situação financeira.

Para o ano de 2018 as perspectivas são de aprofundar as redes e plataformas de defesa dos direitos humanos, e em aproveitar de forma mais eficaz as oportunidades de influenciar para mudança. Por exemplo, estreitando laços com o Parlamento, nomeadamente com a 3ª Comissão, dos Assuntos Sociais, de Género e Meio Ambiente, e os memorandos de entendimento com sectores do Estado como a saúde, com associações que lutam no campo político pela equidade e igualdade de género, como é o caso da Associação das Mulheres Autarcas e com organizações e Ligas Femininas e da Juventude dos partidos políticos com representação parlamentar.



IGUALDADE DE GÊNERO:

*sem violência contra as mulheres!
sem discriminação!*

***PELA DEMOCRACIA E
PELA JUSTIÇA.***

***7 DE ABRIL
DIA DA MULHER MOÇAMBICANA***

Secção I – Contexto

O contexto internacional relativamente aos direitos humanos continua a evidenciar uma situação preocupante, tanto no que respeita ao aparecimento de novos centros de conflito como com a possibilidade do seu alastramento a diferentes regiões do mundo. As ameaças envolvendo meios militares e discursos belicistas entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte têm conduzido a um clima de tensão que pode afectar e agravar as relações entre Estados substituindo-se gradualmente as vias diplomáticas pelas militares (ou pré-militares) na solução das diferenças.

Do mesmo modo, a pobreza e a instabilidade política que afecta milhões de pessoas no médio oriente e em África e o insucesso das negociações para se encontrarem plataformas de entendimento tem levado, por um lado, ao aumento das vagas de emigrantes que procuram na Europa uma vida mais digna e pacífica, e por outro lado, ao surgimento de governos marcada e perigosamente conservadores que não só põem em causa a entrada nos seus países de pessoas que fogem da guerra e da fome mas que restringem o exercício de direitos dos seus próprios povos. Um sinal preocupante é o crescimento de um eleitorado intolerante, permitindo que partidos de extrema direita tenham representação parlamentar.

É neste contexto que a Organização das Nações Unidas tem encontrado inúmeras dificuldades para actuar, gerindo pacificamente conflitos, ou defendendo direitos ameaçados. É o que tem acontecido com a expulsão de centenas de pessoas da etnia Roynga em Myanmar e com os campos de acolhimento em Darfour.

As mudanças climáticas e globais com um impacto devastador sobre o ambiente e a vida das pessoas, continuaram em 2017 a não merecer a atenção de muitos Estados que limitam as suas acções a medidas pouco eficazes e a discursos sem repercussão nas políticas públicas e no quadro legal.

Na região austral do nosso continente, continua a assistir-se, com poucas excepções, como é o caso do Botswana, a uma cumplicidade entre clientelas políticas e económicas e à adopção de modelos de desenvolvimento que põem em causa o presente e futuro dos povos.

No que respeita aos direitos das mulheres e das raparigas tem aumentado, pese o papel das OSC, a violação dos seus direitos, nomeadamente a violação sexual e a violência doméstica.

Em Moçambique, a questão das dívidas ocultas contraídas em nome do Estado e a não penalização dos que ilicitamente endividaram o país, não só tem prejudicado a imagem internacional do Estado moçambicano, como tem agravado as condições de vida das comunidades com um aumento sistemático da pobreza, assinalando-se já a existência de bolsas de fome.

A este cenário pouco animador, junta-se a incapacidade do Estado em fazer cumprir os direitos das comunidades face ao poder económico dos mega projectos. Por outro lado, verifica-se a expansão para Moçambique de movimentos religiosos radicais que aterrorizam a população, não tendo havido ainda uma resposta do Estado que evidencie de forma inequívoca que a segurança das pessoas constitui um dever que não pode ser alienado.

No que respeita à defesa dos direitos das mulheres, embora se mantenham altos níveis de violação dos seus direitos, constata-se, por iniciativa das OSC, um maior compromisso do Estado, nomeadamente da Assembleia da República, em estabelecer mecanismos que favoreçam o diálogo para a adopção de legislação que defenda os direitos humanos das crianças, raparigas e mulheres, como tem acontecido com a participação das organizações na discussão do Código Penal e na elaboração de uma Lei que sancione as uniões forçadas de crianças, comumente chamadas de casamentos prematuros.

Desta forma, neste contexto, é importante aproveitar as oportunidades que a abertura com o Parlamento pode permitir, propiciando maior intervenção no que respeita à reforma legal.



Formação em Chimoio



Oficina de Teatro, Moatize

Secção II

Com esta Secção pretende-se discutir as grandes mudanças, considerando o funcionamento das instituições e as práticas.

Os impactos aqui discutidos não são fruto nem da intervenção isolada da WLSA, nem o resultado de um trabalho recente. Quer isto dizer que as mudanças que se verificam são produto do esforço conjugado de várias organizações e instituições trabalhando em parceria, e têm atrás de si vários anos de investimento de tempo e de recursos humanos e materiais.

Objectivo 1 - Identificar, reconhecer, desconstruir e denunciar a violação dos direitos humanos no contexto democrático, as práticas culturais que negam o acesso e o exercício dos DH das mulheres

A violação dos direitos humanos das mulheres é produto de uma estrutura que naturaliza e legitima relações de poder desiguais através de mecanismos suportados numa ordem social, política e cultural hegemónica. Assim, a estratégia da WLSA tem sido estudar, denunciar e actuar sobre as práticas culturais que influenciam a construção de identidades sociais em confronto, reflectidas nas instituições, incluindo no quadro legal.

O projecto sobre os direitos das comunidades reassentadas no distrito de Moatize evidenciou que os principais elementos que constituem os dispositivos legais que regulam a deslocalização não referem nem salvaguardam os direitos das mulheres. Referimo-nos concretamente à expropriação da terra, às compensações e indemnizações e ao envolvimento na tomada de decisão sobre os projectos de geração de renda. Este conjunto de factores afectou directamente a vida das mulheres e agravou a violência de género.

As constatações sobre a restrição de direitos das mulheres e raparigas, como a violência doméstica e casamentos prematuros, levou à realização de um conjunto de acções de formação e advocacia junto de diferentes actores (agentes do Estado, lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil) que permitiram a discussão pública sobre violação de direitos das mulheres e a criação de espaços nas agendas das organizações da sociedade civil, dos *media* e das lideranças locais. Foram elaborados de planos de acção que de forma sistemática e continuada possam combater a violência contra as mulheres. É claro hoje, não só em Tete e Moatize, a existência de um discurso público que denuncia a situação das mulheres em contexto de reassentamento. O impacto deste projecto reflectiu-se também, e devido a múltiplas intervenções da WLSA, nas tomadas de posição de dirigentes do Governo, como o Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural que colocou como aspecto a ter em conta nas estratégias do sector a defesa dos direitos das mulheres (vide Reunião sobre Reassenta-

mento em Afungi, realizada em Maputo a 6 de Dezembro de 2017). Também é de salientar o impacto do estudo sobre organizações da sociedade civil que iniciaram recentemente uma abordagem sobre direitos das mulheres nas suas pesquisas sobre comunidades deslocalizadas, como é o caso da Sekelekani.

Relativamente aos direitos culturais/práticas culturais e direitos humanos a identificação de como algumas práticas culturais se constituem como obstáculos ao acesso e exercício dos direitos humanos pelas raparigas e mulheres, tem produzido um impacto positivo junto de organizações da sociedade civil, contribuindo para consensualizar temas como a necessidade de combater os casamentos prematuros, com o envolvimento de amplos sectores, incluindo instituições do Estado, como a Procuradoria-Geral da República. Por outro lado, práticas culturais como os ritos de iniciação começam a ser percebidas e assumidas por organizações da sociedade civil como restritivas de direitos, o que é manifesto nalgumas tomadas de posição nos *media* nacionais como é o caso da ACABE na província do Niassa, que se refere às componentes dos ritos de iniciação e à sua relação com a desigualdade de direitos (Jornal Notícias, 11/01/2018, pag. 2).¹

Relativamente à violência doméstica é interessante observar que começa a existir uma renovação do discurso sobre a violência doméstica em Moçambique, estabelecendo-se articulações entre as representações sobre violência contra as mulheres e a informação estatística existente. Ou seja, sectores do Estado como o Ministério do Interior e do sistema de administração da justiça iniciaram uma reflexão sobre a disparidade de dados entre as várias instâncias e a sua relação com uma interpretação benevolente acerca da violência doméstica.

Não menos importante foi a remoção da Lei da Violência Doméstica do Código Penal, pelo menos na proposta, que como a WLSA tinha alertado subvertia a intenção do legislador ao aprovar em 2009 a mesma lei. Esta decisão da AR foi fruto directo de acções de lobby e advocacia orientadas pela WLSA.

Objectivo 2 – Contribuir para a criação de plataformas e estratégias comuns com outros actores da sociedade para alargar o âmbito de intervenção na área dos DH

Um dos impactos directos do trabalho em rede e através de parcerias, é a criação de uma vasta base de demanda para os dossiers prioritários, e que respondem a oportunidades de mudança e como resultado dos vários projectos. Concretamente em 2017, destaque vai para a necessidade

¹ As citações feitas pela responsável da ACABE na província do Niassa foram retiradas do livro Os Ritos de Iniciação no Contexto Actual, publicado pela WLSA em 2013, o que muito nos honra (Jornal Notícias de 11/01/2018, p.2).

de avançar com uma proposta legislativa para combater o casamento prematuro, para a regulamentação da interrupção voluntária da gravidez (de acordo com a lei aprovada) e a retirada da lei da violência doméstica do Código Penal. Também de referir os esforços para a revisão da Lei da Família e da Lei das Sucessões e Herança.

Todos estes dossiers foram tratados de maneira colectiva através das plataformas já existentes e com base em consensos construídos em anos anteriores, o que muito contribuiu para dar força e credibilidade às reivindicações da sociedade civil face às instituições, nomeadamente as do governo e Estado. Concretamente, o Parlamento reagiu muito favoravelmente a duas das propostas mais urgentes formuladas este ano: avançar com a elaboração de uma proposta de lei para a prevenção e eliminação dos casamentos prematuros e a retirada da lei da violência doméstica do Código Penal, para se manter como lei especial.

No primeiro caso trabalhou-se com a 3ª Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Tecnologias e Comunicação Social e contribuiu também a conjuntura favorável, uma vez que organismos internacionais e regionais (como a União Africana e a SADC) tomaram fortes posições contra esta prática.

No caso do Código Penal o interlocutor foi a 1ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade. O facto de as demandas terem sido consideradas de imediato e sem necessidade de grandes acções de lobby e advocacia, revelam, a nosso ver, a credibilidade que as nossas plataformas ganharam na luta pelos direitos humanos ao longo dos anos e quão alargada se constituiu esta base de demanda.

Do mesmo modo, Ministérios e outras instituições do governo convidaram e contaram com organizações da sociedade civil a trabalhar nestas mesmas plataformas, para intervir em acções relacionadas com direitos humanos, especialmente direitos humanos das mulheres e crianças. Assim foi com o Ministério do Género, o Ministério do Meio Ambiente e a Procuradoria-Geral da República.

Apesar destas importantes mudanças, há necessidade de aprofundar o debate sobre DH no seio das organizações da sociedade civil, uma vez que os consensos são algo que deve estar em permanente construção. Para além do mais, é de considerar que as plataformas de acção (p.e., CECAP ou Rede DSR) aumentam progressivamente o número dos seus membros, tornando mais premente que se consiga a um alargamento da base de actuação, sem prejuízo dos entendimentos alcançados quanto aos direitos humanos.

Objectivo 3 - Promover a troca de conhecimentos para aprofundar os saberes sobre a realidade social, garantindo uma actuação mais eficaz e com impacto em contextos locais

As acções de formação da WLSA têm por finalidade última promover o debate e a troca de conhecimentos para que os grupos alvo estejam mais próximos das realidades locais, permitindo deste modo potenciar a sua intervenção. Considerando a visão e o mandato da WLSA, a prioridade

é promover os direitos humanos das mulheres, dotando os formandos de capacidade para identificar as desigualdades de género e motivando-os para a acção. Todas as actividades aqui enquadradas convergem para essa finalidade.

Quanto à formação sobre os casamentos prematuros, embora desde o início houvesse uma posição unânime de condenação, com o processo de capacitação ficou evidente pelas intervenções um maior suporte informativo para sustentar acções eficazes de combate destas práticas.

Deste modo, no final da formação sobre Casamentos Prematuros junto de organizações da sociedade civil da (CECAP) e de representantes do governo oriundos de algumas direcções provinciais foi possível constatar mudanças no tratamento dos casos de casamentos prematuros sendo prova disso as posições por eles defendidas, as réplicas da formação realizadas, os compromissos assumidos para o combate a estas práticas que se materializaram nos planos de intervenção formulados. Estes integram diversos tipos de iniciativas para o combate a este fenómeno com o propósito de gerar movimentos integrais de pensamento-acção; dinâmicas colaborativas e articuladoras face a outras actividades similares em curso, coordenação e parcerias governo- sociedade civil.

Acreditamos que contribuimos para esta mudança porque foram divulgados instrumentos internacionais e nacionais de promoção de direitos das crianças e as respectivas políticas públicas; as reflexões serviram para ampliar a troca de ideias em torno da desigualdade e discriminação no contexto de grupos tidos socialmente como não sujeitos de direitos como sejam as mulheres e crianças. O debate permitiu que se percebesse como é que as diferenças de poder e de acesso aos recursos são resultado de uma construção social e, desse modo, muitos participantes foram incorporando ao longo do processo novos aspectos que não só explicavam, como era produzida a desigualdade, mas também que acções desenvolver para alterar representação. A discussão sobre práticas culturais como os ritos de iniciação permitiram concluir que os mesmos formatando os papéis sociais oferecem à ordem social do grupo o conforto da sua reprodução e particularmente para as raparigas ensinam que ser mulher é ser ausente enquanto sujeito, é ser para o “outro”.

A capacitação em educação para direitos junto de membros de organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e agentes do Estado (educação, saúde, polícia e representantes do município) realizada em Moatize contribuiu igualmente para o reforço na defesa dos direitos das comunidades reassentadas face ao impacto da indústria extractiva. Há maior visibilidade da luta das populações locais face à violação dos seus direitos, assiste-se a multiplicação de sessões públicas nas comunidades sobre direitos das mulheres e raparigas e combate a VBG demonstrando uma assertividade nas suas intervenções. Por exemplo, mulheres em Moatize organizaram protestos, reivindicando acesso à água. Contribuiu para esta mudança o facto de termos sido capazes de incorporar uma diversidade de

opiniões, interesses e conjuntos de conhecimentos provenientes de distintos actores o que permitiu uma visão mais completa da realidade mas sobretudo o processo político de conseguir acordos de acção coordenada a partir de construção de significados e vivências partilhados.

Face ao trabalho desenvolvido pelos pontos focais da WLSA integrados no Projecto PASSOS visando o combate ao estigma e discriminação verifica-se mudanças de atitude e criação de um ambiente favorável para remover as barreiras sociais e estruturais no acesso aos serviços de HIV pelas populações chave e prioritárias. Em algumas unidades sanitárias da cidade de Maputo, depoimentos de utentes ilustram que não são desprezados pelos profissionais de saúde pelo facto de serem seropositivos, conversam com os provedores o que conduz a procura destes serviços sem medo ou vergonha.

Estamos perante uma transformação dos padrões culturais, mudanças de percepção sobre o outro (MTS e HSH), avanços no combate ao estigma e discriminação o que é fruto de uma relação dialógica entre provedores e utentes.

Objectivo 4 - Garantir a estabilidade financeira e organizacional da WLSA através das políticas internas de rigor, transparência, solidariedade e coesão

A estabilidade financeira da WLSA tem constituído um desafio e um processo que se vem realizando ao longo dos últimos anos, traduzindo-se no reforço das estratégias já definidas e/ou na elaboração de novas estratégias que visam produzir impactos a diferentes níveis.

A nível interno constata-se que devido à experiência anterior e à adopção de boas práticas na gestão financeira houve um impacto positivo que se traduziu na prestação atempada de contas e no controlo permanente dos fundos existentes por programa, o que tem contribuído, por um lado, para prever a alocação de meios e, por outro lado, para adequar as actividades previstas à situação financeira, como foi o caso da reformulação das acções no âmbito da pesquisa sobre a implantação dos mega projectos em Cabo Delgado.

Há também a considerar como impacto na melhoria da gestão financeira o cumprimento do quadro contabilístico legal em vigor em Moçambique, apresentando já em 2017 as demonstrações financeiras em moeda nacional, e também o uso da taxa de câmbio em vigor na data de processamento dos salários para o cálculo dos impostos a pagar, salvaguardando assim os interesses dos trabalhadores.

A consolidação da gestão financeira reflecte-se na satisfação de alguns parceiros com a gestão que a WLSA tem realizado dos fundos de Organizações da Sociedade Civil como são exemplo: (i) ONG LAMBDA (a pedido da agência americana FHI360); (ii) MOVIFEM sob solicitação da Embaixada da França; (iii) REDE dos DSR no que se refere à gestão dos fundos inovadores alocados pelo PROGRAMA AGIR.

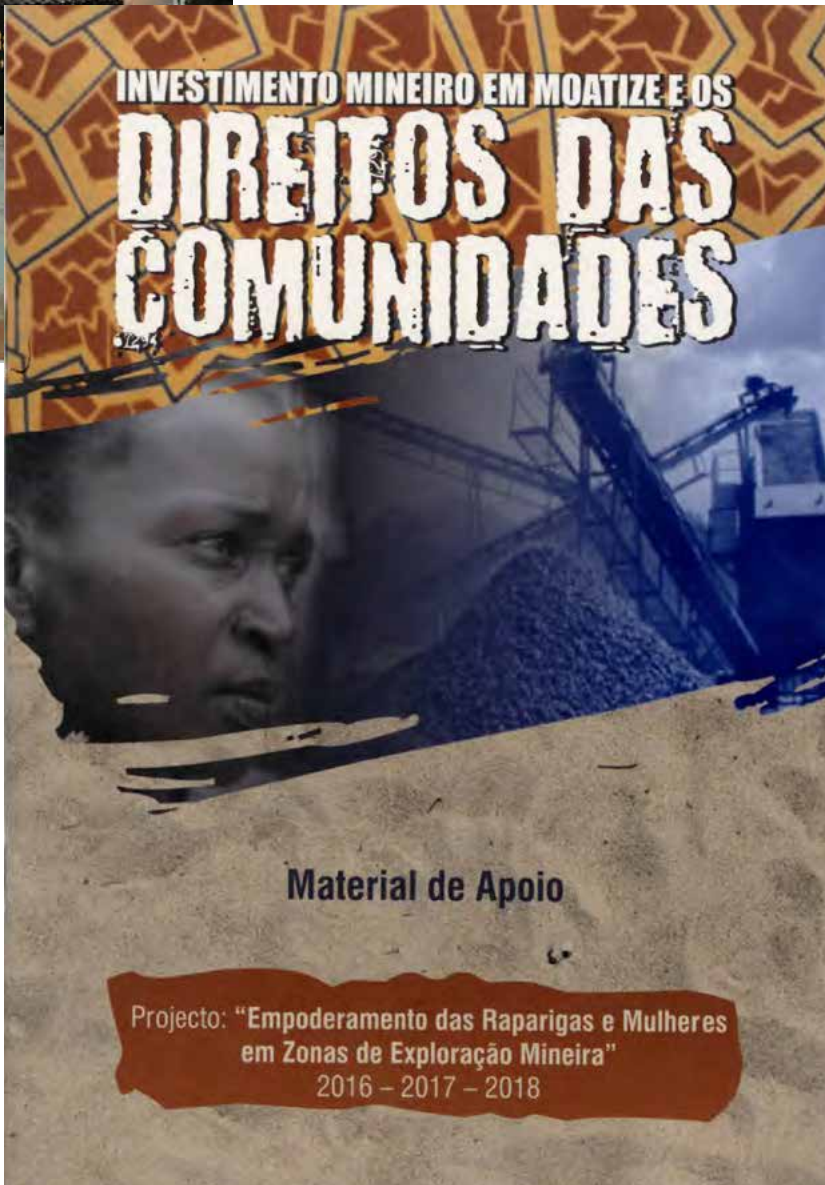
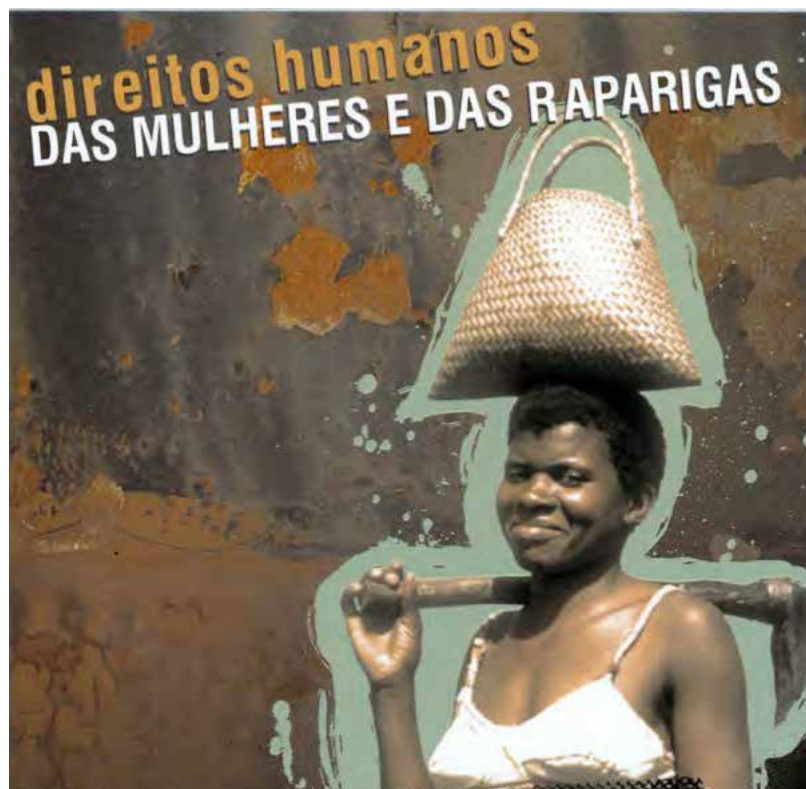
A nível local a WLSA capacitou e prestou apoio técnico financeiro a duas redes das ONGs locais da província de Tete

(a RAMBOG sediada no distrito de Moatize) e UPCT (com base na cidade de Tete), parceiras da WLSA no projecto sobre indústria mineira em Moatize no que se refere ao acesso e exercício dos direitos humanos em comunidades reassentadas, numa perspectiva de género. Após o final do programa em Fevereiro de 2018, estas redes ficarão mais seguras no desenvolvimento do seu trabalho, essencialmente a governação interna e a transparência das suas actividades.

No que diz respeito à coesão interna a WLSA, embora sempre se tenha pautado pela troca de experiências e informação acerca dos vários programas entre as diferentes áreas, em 2017 este valor teve um maior impacto e atingiu um nível superior através do aprofundamento do debate das acções definidas para cada área, como é exemplo, o Programa sobre o impacto da indústria extractiva no distrito de Moatize, sendo de reconhecer também uma cada vez maior inclusão da análise do contexto político, social e económico e da sua influência nos reajustamentos das estratégias da organização, não só em termos de captação de fundos como de relacionamento com instituições do Estado. Estas questões traduziram-se numa maior capacitação das coordenadoras e dos técnicos/as que trabalham nas áreas de pesquisa, formação e comunicação para responder aos desafios que nos são colocados. Por outro lado, o debate sobre os contextos expressos nos *media* e em textos elaborados, tem tido um impacto positivo no aumento da confiança de organizações que, embora não tendo como objecto específico os direitos das mulheres defendem os direitos humanos em Moçambique, empenhando-se numa luta contínua por uma sociedade democrática, tolerante e solidária.

O impacto do aumento da capacidade da WLSA de intervenção na análise de temas que vão além dos direitos das raparigas e mulheres, traduz-se na solicitação para participar em debates públicos sobre questões como dívidas ocultas, democracia e intolerância política, como são exemplo a participação (com apresentação de temas) no Seminário organizado pelo Parlamento Juvenil em Agosto (sobre Democracia e Eleições), no Seminário do Grupo Moçambicano da Dívida em Junho (sobre a abordagem das ONGs relativamente às dívidas ocultas) na STV em Agosto (sobre a situação política no País)

Com a participação muito activa de todos os técnicos da WLSA foi feita uma nova versão do Manual de Procedimentos, cujo processo já teve um impacto no aumento da coesão interna e na apropriação de regras de funcionamento da organização e no compromisso com a melhoria do desempenho individual.



III Secção - Resultados

Pesquisa

Resultados do Programa 1: A indústria extractiva e a exploração dos recursos naturais no acesso e exercício dos direitos humanos nas províncias de Tete e Cabo Delgado

A elaboração e publicação do livro intitulado “Corporações Económicas e Expropriação: Raparigas, Mulheres e Comunidades Reassentadas no Distrito de Moatize” tem resultados a curto, médio e longo prazo. A abordagem de género permitiu que se analisasse de forma integrada um conjunto de elementos transversais ao impacto da implantação da indústria do carvão no caso do distrito de Moatize. A análise da legislação, no que se refere aos direitos das comunidades no geral e aos direitos das mulheres em particular, evidenciou que entre 19 dispositivos legais analisados apenas dois, para além da Constituição da República, se referem e, de forma superficial, aos direitos das mulheres (Lei do Ambiente nº 20/97 e Lei de Terras nº 19/97). A ocultação na lei das especificidades dos danos causados pelo impacto na vida das mulheres como é o caso da expropriação da terra, da ruptura com as antigas formas de vida, convivialidade e pertença, com a não participação nos processos de tomada de decisão (desde a questão das indemnizações até à não participação na definição dos projectos de geração de renda), extremaram a violência exercida sobre as mulheres, nomeadamente a violência doméstica, a violação sexual entre parceiros, o aumento dos casamentos prematuros, (confirmados pelas agentes de saúde nas unidades sanitárias de Cateme e Mualadzi) e a reintrodução da poligamia. Para a realização da pesquisa participaram na transmissão e análise da informação 23 organizações da sociedade civil a nível nacional, provincial e distrital, 23 quadros que trabalham em sectores do Estado (dos quais 16 a nível provincial e distrital), 6 líderes comunitários, cerca de 80 mulheres e homens a nível das comunidades e 4 sindicalistas das empresas VALE e ICVL. As entrevistas foram assim, para além de instrumentos de observação da realidade, um meio de questionamento da realidade, como é o caso de agentes do Estado, confrontados com a aplicação da lei, no que respeita, por exemplo, à fiscalização do processo de reassentamento e à tributação. Embora de forma indirecta podemos considerar esta metodologia de pesquisa como sendo um resultado que poderá ter efeitos a médio e longo prazo. Por outro lado, o conhecimento produzido pelo estudo, foi utilizado nas acções de formação e advocacia com vários conjuntos de actores (principalmente em Tete e Moatize) que podem determinar uma maior visibilidade dos direitos das raparigas (e a inclusão nas suas estratégias de acções que promovam a salvaguarda de direitos) explicitadas mais adiante pelas respectivas áreas. Há que salientar também como resultado/impacto o aumento da sensibilização de alguns sectores do Estado para a necessidade de contemplar na elaboração de processos de reassentamento a caracterização

socio-antropológica da população afectada e as particularidades da condição feminina. Um outro resultado reflecte-se nas solicitações feitas à organização para participar em conferências e palestras, em que o último exemplo foi a realização de uma palestra realizada no contexto da Moambique Summer School. Há também a considerar, após a divulgação da pesquisa em outros estudos realizados no país, a integração de uma abordagem de direitos humanos das mulheres nas narrativas de algumas organizações da sociedade civil.

No que respeita à pesquisa sobre o impacto da implantação das corporações económicas em Cabo Delgado, distrito de Palma, Península de Afungi, a pesquisa teve que ser reformulada, devido ao atraso na transferência de fundos para o trabalho de campo e também devido à situação de segurança na zona, como já anteriormente foi comunicado. Contudo já foi realizada uma primeira análise da legislação a nível acional (32 dispositivos) e a principal literatura existente sobre o tema (45), constatando-se um maior empenhamento e intervenção das organizações da sociedade civil nas questões relacionadas com o processo de reassentamento, ao contrário do que ficou evidente em Moatize. Por este motivo, se por um lado, os níveis de conflitualidade entre as comunidades, as empresas e o Governo são maiores, por outro lado, as comunidades, têm mais instrumentos de defesa dos seus direitos, incluindo tradução da legislação em língua local e a criação de formas de articulação e de denúncia mais eficazes das evidenciadas na pesquisa anterior. Contudo, nos estudos realizados (já analisados no âmbito desta pesquisa) e na abordagem sobre tema, não existe uma perspectiva de género, a não ser alguma preocupação com a proporcionalidade em termos de estímulo na integração das mulheres nas instâncias de decisão.

A realização da pesquisa em Cabo Delgado, para além das questões da segurança, apresenta dificuldades suplementares, por exemplo, na obtenção de informação sobre contratos, tributação, responsabilidade social e conteúdo local, como já ficou evidenciado nas entrevistas realizadas, cuja divulgação terá que ser, por questões éticas, mais reflectida.

Resultados do Programa 2: divulgação da pesquisa sobre análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica contra as mulheres

Os resultados após a publicação do livro são difíceis de medir, considerando que a alteração das representações sociais traduzidas em novas práticas é um processo longo pois devem traduzir-se na revisão da Lei nº 29/2009, na mudança da filosofia de atendimento pelas várias instâncias (por exemplo, abandonar a rejeição do aconselhamento), na criação de variáveis comuns que possam permitir a criação de um Banco de Dados, e na interpretação da

violência doméstica como crime público (revelada nos trâmites processuais e na juízo do acto em sede de tribunal). Contudo, reconhece-se um aumento da sensibilidade dos vários agentes para a compreensão dos problemas que a lei contém, e principalmente o facto de a pesquisa ter evidenciado através de indicadores quantitativos, as diferenças abismais entre o registo realizado nas várias instituições, tem conduzido organizações da sociedade civil (como é exemplo a Ophenta sediada na cidade de Nampula) e alguns potenciais doadores (como a Friedrich Ebert) e sectores do Estado, como o Ministério do Interior, a solicitarem intervenções específicas sobre o tema.

Há, contudo, riscos que não podemos ignorar e que são fundamentalmente de dois tipos: um primeiro que tem a ver com a deficiente articulação institucional que dificulta a comunicação entre os vários actores (tornando a criação de um Banco de Dados extremamente complexa). Por outro lado, a revisão da lei se é pacífica no que respeita a algum articulado, como o que respeita às medidas cautelares, é menos simples quando se trata de rever os artigos 36 e 37, que torna abrangente o objecto da lei e que orienta os decisores a tomarem “a salvaguarda da família” como valor para o sancionamento.

Ainda na área da pesquisa, embora seja um programa contínuo, pensamos ser útil mencionar que pesquisas publicadas em 2011 e 2013 sobre identidades de género e ritos de iniciação (“Buscando Sentidos” e “Ritos de Iniciação no Contexto Actual”) têm resultado na mediatização de algumas práticas culturais como obstáculo para a igualdade, na utilização dos estudos pela sociedade civil como argumento para a tomada de posições mais informadas, e na solicitação feita por órgãos de soberania para o debate sobre direitos culturais/práticas culturais e direitos humanos, como foi o caso do convite feito pela Procuradoria-Geral da República para a apresentação em 13 de Dezembro de um texto sobre práticas culturais e casamentos prematuros (Encontro Nacional com Grupos de Referência que reuniu todos os Procuradores Provinciais e quadros do SERNIC). Como resultado do debate foram adoptadas posições claras sobre a necessidade de penalizar práticas que violam os direitos humanos, com, relevância para os casamentos prematuros.

Embora haja consensos alargados institucionalmente sobre a necessidade de se penalizarem os casamentos prematuros, relativamente às práticas culturais ainda um longo caminho a percorrer, devido ao facto de instituições culturais como os ritos de iniciação constituírem ainda, em muitas zonas do país, elementos de coesão social.

Formação

Resultados do Programa 1: Formação em direitos sexuais e reprodutivos (2016-2020)

No que respeita aos DSR, a formação com representantes da APARMO (17 mulheres e 2 homens) almejando a melhoria da sua intervenção na defesa direitos humanos das mu-

lheres na dimensão da sexualidade e da reprodução teve como resultado um maior conhecimento sobre os direitos à saúde a partir de duas vertentes: as das utentes e a dos provedores. Esta formação possibilitou o aumento da sensibilidade dos participantes para a compreensão de que o direito à saúde não se cinge apenas aos utentes sendo extensivo, também, aos profissionais desta área na ideia de que a relação estreita entre ambos sujeitos permite o exercício deste direito. Sublinhou-se que o bom acolhimento, o repasse da informação relevante, o atendimento adequado com esclarecimento de possíveis dúvidas, a escuta por parte do provedor (a) e respeito pelo direito das mulheres decidirem melhor a qualidade da assistência e a interacção entre o profissional da saúde e a utente.

As questões tratadas fizeram referência, em particular, às condições de trabalho das parteiras no atendimento das utentes que se traduzem, actualmente, num ambiente não muito favorável devido a situações adversas como seja a escassez de pessoal face a grande demanda destes serviços; falta de recursos materiais como certos equipamentos, máscaras entre outros. Todos estes factores minam a eficiência na prestação de serviços por esses agentes do Estado consequentemente, na relação utente- provedor. Mencionou-se que a perspectiva de Direitos Humanos enfatiza as obrigações internacionais assumidas pelo Estado e que devem ser claramente modeladas e respeitadas nas políticas públicas e condições de trabalho respectivas.

Ainda neste programa, nas jornadas de reflexão com futuros professores do ensino primário (23 mulheres e 2 homens) em matérias de educação não sexista e DSR visando a utilização dos ensinamentos para influenciar nas mudanças de comportamento, os debates permitiram concluir que se a apropriação dos distintos conteúdos programáticos pode ser uma ferramenta indutora da autonomia e da emancipação dos sujeitos colectivos de direitos torna-se ainda mais urgente a conscientização à cerca das violações desses mesmos direitos. Deste modo, as considerações tecidas ao longo destas jornadas de formação preconizaram o alargamento do debate em torno do campo das relações de género como relações de poder uma vez que esta perspectiva oferece as ferramentas teóricas e reflexões metodológicas substantivas para entender as questões das desigualdades, discriminação e violação de direitos.

Vincou-se a ideia de que cada futuro professor é um agente da mudança que pretende tornar sustentável a abordagem de género na sua vida social, incorporar esta mesma perspectiva nos seus planos de trabalho bem como na vivência diária.

Resultados do Programa 2. Formação em direitos humanos, em especial DSR em zonas de exploração mineira em Moatize (2016-2017)

Visando ainda combater as desigualdades, a melhoria das interposições, a defesa dos direitos das comunidades em contextos locais, a capacitação de agentes estatais (saúde, polícia, educação e representantes do município) do distrito de Moatize gerou maior interacção e articulação entre os mesmos e formas de intervenção multidisciplinares. O

fundamental é trazer à discussão a ideia da construção de direitos permitindo que vozes das mulheres e raparigas sejam tidas em conta nos processos de denúncia de violência doméstica, violação sexual nas escolas e no desenvolver de intervenções de combate ao HIV/SIDA. Por outro lado, é relevante na actuação de representantes dos sectores do governo proporcionar espaços activos de fala, onde os direitos são discutidos de forma crítica; o conhecimento construído de maneira a contribuir para a transformação das comunidades onde actuam tendo como meta a redução dos índices de violência de género e aplicação de legislação que permita a efectivação dos seus direitos.

Resultados do programa 3: Formação para lideranças femininas de partidos políticos (2016- 2020)

Este programa não se concretizou em 2017, devendo ser retomado em anos posteriores por ocasião das eleições.

Resultados do Programa 4: Formação para combate aos casamentos prematuros

Nas sessões de formação visando a sensibilização para a defesa dos DH das mulheres e crianças evidenciou-se como as práticas culturais reforçam as desigualdades de género e poder que, por seu turno, alimentam a negação de direitos. Revelou-se bastante profícuo nas capacitações o adoptar de uma pedagogia de formação direccionada à discussão dos problemas enfrentados no quotidiano, tendo como objectivo o reforço das capacidades de negociação para a defesa dos direitos.

Assim, partindo das suas próprias trajectórias profissionais e vivências, os participantes das acções de formação de

combate aos casamentos prematuros provenientes de organizações da sociedade civil (37 mulheres e 22 Homens) e agentes estatais (8 mulheres e 5 homens) de algumas províncias (Manica, Niassa e Tete) num total de 72 participantes analisaram os significados atribuídos às práticas culturais que acabam sendo nocivas às crianças, a discriminação de género e suas posições face ao mesmo; concluindo que constituem actos de violação dos direitos humanos.

Acreditamos que se contribuiu para a construção de uma nova sensibilidade entre OSC e representantes de governo no entendimento dos Casamentos Prematuros ao vincarmos que os mesmos atentam contra as liberdades das crianças numa altura em que as mesmas não têm capacidade para dialogar, negociar e consentir. As formações procuraram incutir a ideia de legitimidade e legalidade do direito à uma vida livre de coacção salvaguardando a sua integridade moral e física.

Registaram-se progressos na metodologia usada este ano uma vez que na medida que avançávamos com o leccionamento dos conteúdos e o seu debate nos grupos e na plenária, observava-se melhor entendimento, esclarecimentos e interiorização do nível de violação dos direitos humanos das crianças.

Resultados do Programa 5: Formação sobre direitos humanos, desigualdades de género e vulnerabilidade ao HIV/SIDA

Uma outra acção liga-se ao projecto PASSOS que tem por objectivo melhorar o estado de saúde e diminuir os efeitos do HIV no seio das Mulheres Trabalhadoras de Sexo (MTS) e Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) definidos



Exposição de material da WLSA, Marracuene

como Populações-Chave (PC). Este projecto tem como estratégia eliminar as barreiras sócio culturais que limitam os seus direitos humanos. As actividades de formação dos pontos focais da WLSA (6 homens e 2 mulheres) que actuam em 8 províncias (tendo como pano de fundo a legislação, protocolos internacionais relevantes para a promoção dos direitos da PC) assim como a capacitação dos parceiros representantes das populações-chave, das regiões centro e sul e dos jornalistas levaram à reflexão, identificação (em si próprio e na comunidade) de atitudes e práticas que limitam a inclusão deste grupo no exercício da cidadania; permitiram também a identificação de barreiras, obstáculos e dificuldades de acesso aos seus direitos nos diferentes espaços de pertença; a tomada de consciência de que o estigma, a discriminação e outras formas de violência que atingem as populações-chave são preconceitos que definem a vulnerabilidade destes grupos; conduzem à falta de reconhecimento social dos mesmos como sujeitos de direitos.

Comunicação

Resultados do Programa 1: Fortalecimento de redes de OSC (programa de 5 anos: 2016-2020)

No âmbito deste programa espera-se reforçar a cooperação entre OSC para defesa da igualdade e DH em DSR, VG, CP e exercício de cidadania, maximizando recursos materiais e humanos. Em 2017, o trabalho centrou-se na Rede de Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (Rede DSR), no projecto para criar uma plataforma de intervenção contra a violência sexual na cidade de Maputo, e no trabalho com duas redes de OSC na vila de Moatize, nomeadamente a RAMBOG e a UPCT.²

1.1. Em 2017 a **Rede DSR** teve sucesso em alargar a sensibilização sobre a importância dos DSR para o exercício dos direitos de cidadania, em capacitar os membros da Rede DSR para intervir na área dos DSR, formaram-se jornalistas das rádios comunitárias da zona Centro, dotando-os de maior conhecimento dos DSR de modo a reportarem numa perspectiva de DH. Finalmente, mais profissionais de saúde foram sensibilizados para a importância de prestar serviços de aborto seguro.

A contribuição da WLSA para a Rede DSR centrou-se na preparação e realização de um curso para jornalistas na zona Centro do país e na participação em: elaboração de comunicados de imprensa do Dia Internacional do Aborto Legal e Seguro (28 de Setembro) e na palestra ministrada aos estudantes do Instituto de Ciências de Saúde; na feira de saúde das comemorações do 28 de Maio, Dia Internacional de Acção pela Saúde das Mulheres, com palestras e distribuição de materiais próprios; nas acções de capacitação dos membros da Rede.

Ainda no contexto da Rede, a WLSA trabalhou na produção de 6 vídeos para formação e sensibilização (financiados 2 O trabalho com outra importante Rede, a CECAP, será apresentado mais adiante, inserido no programa sobre a reforma legal.

pelos fundos rápidos do programa AGIR), com os seguintes temas: Acesso ao aborto seguro, Violência Obstétrica, Violência Sexual, Contracepção/Planeamento familiar, Gravidez na Adolescência, Violência contra a rapariga na escola. A maior parte das filmagens foram realizadas em 2017, mas os vídeos só estarão finalizados no primeiro trimestre de 2018. Procurou-se, sempre que possível, que as pessoas entrevistadas fossem membros das OSC da Rede, como forma de dar visibilidade.

1.2. No que concerne à criação de uma **plataforma de OSC** para desenvolvimento de um sistema de denúncia de monitoria de violência sexual através de SMS, em 3 bairros da cidade de Maputo (2016-2017), só no segundo semestre se conseguiu financiamento para o projecto se iniciar, tendo sido possível realizar simplesmente um estudo de base. O estudo de base pretendia aferir a situação da violência sexual contra as mulheres no bairro da Polana Caniço (A e B). Estão prometidos fundos para o projecto se desenvolver em 2018, mas de forma experimental só no bairro da Polana Caniço.

1.3. O programa para denunciar e disseminar as **violações dos DH nas zonas de exploração mineira** em Moatize, em conjunto com redes locais de OSC, centrou-se, a partir de meados do ano, em acções de capacitação para advocacia e em seguida na própria campanha de advocacia. Concretamente, pretendia-se que OSC da sociedade civil em Moatize fossem empoderadas para defender os direitos das comunidades afectadas pela mineração, especialmente dos direitos de mulheres e raparigas (financiado pela União Europeia).

Embora o programa ainda esteja em curso e se encerre em 2018, é possível verificar que as redes locais de OSC estão mais fortalecidas para a defesa dos DH e dos DH das mulheres em particular e com maior capacidade reivindicatória, podendo argumentar sobre o tema e dispor de material (brochuras, cartazes, camisetas e bonés) para sustentar as suas posições.

As acções que contribuirá, neste sentido foram, para além da formação em direitos mais acima apresentadas, as capacitações em advocacia para defesa dos direitos humanos, que abrangem membros de todas as organizações das redes RAMBOG e UPCT.

Assim, foram realizadas formações em advocacia, em duas fases: a primeira insistiu mais no que é advocacia, como definir objectivos, estratégias e grupos alvo, e teve como resultado a elaboração de um plano de acção. Na segunda fase foi revisto e aprovado um plano de acção definitivo e organizou-se uma oficina de teatro, para incentivar os activistas a utilizar este importante meio de mobilização.

O plano de advocacia recebeu o nome de “UDHINDO”, que em Nyungué significa direitos, com objectivo divulgar e criar condições para a mudança dos problemas resultantes da poluição do meio ambiente, provocada pela indústria mineira e combater a violência doméstica praticada mulheres e raparigas. A campanha encerrar-se-á a 15 de Março de 2018.

Resultados do programa 2: Reforma Legal

Neste programa pretendia-se colaborar com a CECAP e outras organizações para ter uma legislação que ajude à eliminação dos “casamentos” prematuros, para eliminar normas discriminatórias no Código de Processo Penal, na Lei da Família e na Lei das Sucessões e Herança, tendo-se verificado importantes avanços.

Assessorando a CECAP, a WLSA supervisionou o processo de elaboração de uma proposta de lei para a prevenção e eliminação dos “casamentos” prematuros, tendo definido os TdR para contratação dos 3 consultores legais e participado no desenvolvimento do trabalho. A CECAP, através da ROSC, garantiu o financiamento desta actividade.

Acções de lobby tiveram sucesso em envolver a 3ª Comissão do Parlamento (Acção Social, Assuntos de Género e Meio Ambiente) no processo, de modo a que se apropriem da proposta já elaborada, que foi amplamente discutida em seminário da CECAP, que teve lugar em Dezembro de 2017. Em 2018 será elaborada uma nova versão da proposta depois dos primeiros debates, para em seguida se levar a discussão a outras zonas do país. O ambiente tem sido favorável a esta iniciativa, mas é necessário prever que haverá resistência de alguns sectores conforme se avance.

Ainda no âmbito da CECAP, a revisão do Despacho nº 39, de 2003, junto ao Ministérios da Educação e Desenvolvimento Humano, entrou numa fase de estagnação, face à forte resistência encontrada por parte de funcionários conservadores. Para 2018, está a ser desenhada uma estratégia para impor, de uma vez por todas, a sua revisão.

Também, aproveitando a nova revisão do Código Penal (aprovado em 2014), a WLSA juntou-se a outras OSC que já tinham participado da advocacia desta lei, para insistir em alguns aspectos que necessitavam de revisão, nomeadamente: a retirada das provisões sobre a violência doméstica, para deixar a lei especial reger este crime, a uniformização da protecção a todas as crianças (menores de 18 anos), o alargamento do âmbito de aplicação do crime de discriminação, abrangendo a discriminação contra a comunidade LGBT, entre outros. Para além de uma nota à 1ª. Comissão do Parlamento, a WLSA apresentou uma comunicação num simpósio organizado pela Assembleia da República, em Dezembro de 2017.

Tanto a Lei da Família como a Lei de Sucessões e Herança não foram ainda discutidas no Parlamento, mas desenvolveram-se várias acções de lobby e de sensibilização dirigidas aos deputados/as, orientadas pelo Fórum Mulher, AMMCJ e Muleide. A WLSA participou deste processo.

Não foi possível participar na revisão do Código de Processo Penal, pois faltaram meios para ter uma adequada assessoria legal.

Resultados do programa 3: Disseminação dos resultados da pesquisa e das mensagens da WLSA, prestação de serviços e produtos

Através do Centro de Documentação, desenvolveram-se várias actividades que contribuíram para disseminar os re-

sultados das pesquisas e mensagens da WLSA.

Foram produzidos e publicados no Website da WLSA e no Facebook, elaborados pelas colaboradoras internas e externas da Instituição. Desenvolveu-se actividade de apoio aos outros sectores da WLSA, nomeadamente a revisão, edição e publicação do relatório de pesquisa e de outras 3 brochuras para a formação.

No Centro de Documentação

Foram registados e carimbados **181** livros dos quais, **74** títulos foram inseridos na base de dados e etiquetados; *scaneados* e inseridos **785** artigos de periódicos na base de dados do *Clipping da website da WLSA*. Aguarda-se a correcção do problema de acesso a base de dados.

Foram catalogados, classificados e indexados **107** títulos, estando-se à espera da inserção na base de dados que esteve paralisada durante o segundo semestre em virtude de se aguardar a configuração final do Software ABCD do Centro de Documentação e Informação. Realizadas as actividades de actualização periódica das bases de dados dos materiais bibliográficos e não bibliográficos no 1º semestre, para facilitar a inserção da informação e da pesquisa pretendida.

Foi configurada e organizada a Biblioteca Digital: realizou-se o tratamento técnico dos artigos electrónicos (catalogação, classificação e indexação dos artigos electrónicos) e configurada no *Router da WLSA*.

Foram atendidos 195 utentes externos mediante consulta local ao acervo e realizados 63 empréstimos de obras para os utentes internos. Também foram atendidos 33 solicitações de pesquisa por legislação.

Realizadas exposições e distribuições gratuitas das publicações da WLSA

Foram realizadas **6** exposições das quais cinco (05) na província de Maputo e uma (01) no distrito de Manhica; distribuídos no total de **99.538** publicações gratuitamente em **10** províncias, com o propósito de maximizar a disseminação da produção intelectual das colaboradoras da WLSA – Moçambique e, foram distribuídos **800** camisetas e **400** Bonés na província de Tete. Em seguida, os gráficos ilustram de forma específica as exposições e as distribuições gratuitas realizadas.

Website³

O website continua a ser um dos principais meios para disseminação dos resultados de pesquisa da WLSA e das suas mensagens. Durante o ano de 2017, o número de visitas ao website da WLSA diminuiu ligeiramente em relação ao ano anterior, sendo o número total de visitantes de 83 634, uma média de 229 visitas por dia.

O número de visitantes que acedeu ao site usando um telemóvel continuou a crescer e constitui actualmente 60%. Criado quando ainda havia poucos telefones com acesso à Internet, o website da WLSA é optimizado para ser reproduzido num ecrã de computador, com dimensões superiores

3 Veja em anexo o relatório completo.

res dos de telemóveis ou tablets. Para facilitar o acesso ao site para a crescente categoria de pessoas que naveguem a Internet com o seu telemóvel – e para evitar a perda de leitores potencialmente interessados no conteúdo do site – a adaptação do site para que reaja ao tipo de ecrã do visitante, otimizando a visualização, deve ser prioritária.

Ao longo do ano de 2017, diversos novos conteúdos foram acrescentados ao *site*. A actualização da Revista de Imprensa, iniciada em 2015, continuou e o número de recortes já ultrapassou os 1600, cobrindo muito do que foi escrito na imprensa nacional sobre mulheres entre 2013 e 2017.

Foram igualmente acrescentados novas Breves, um livro de pesquisa, novos cartões, posters e cartazes.

Facebook

Diante de um quadro nacional e internacional com tendência ao autoritarismo, espaços alternativos como o *Facebook* e outras plataformas que permitem diálogo massivo são de importância vital para o questionamento da actividade governativa bem como à desconstrução de mitos e velhos preconceitos patentes na sociedade.

Para a WLSA Moçambique, o *facebook* constitui uma ferramenta essencial e alternativa para promoção e difusão dos Direitos Humanos das mulheres e de fortalecimento da democracia em Moçambique. Esta aposta tem permitido a interação virtual com as diversas formas de pensar na nossa sociedade, principalmente em temas ligados à “cultura machista”, direito e saúde sexual reprodutiva.

No ano de 2017 a página da WLSA teve um recorde de 1501 gostos, para um total de 1486 seguidores, o que demonstra que quase todos eles estiveram atentos às nossas publicações. Tivemos uma média 442 de alcance das nossas publicações, sendo dos vídeos 196.

Em termos de percentagem dos nossos seguidores, a sua maioria é dominada por homens, o que é positivo em termos estratégicos para uma plataforma que lida com os direitos das mulheres. Em termos de idade, a maioria situa-se na casa dos 18 aos 25 anos o que representa um peso maior de jovens, conforme o gráfico e a tabela abaixo.

Sexo	13 - 17	18 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 54	55 - 64	+65
40% Mulheres	0, 737%	8 %	14%	9%	3%	2%	3%
60 % Homens	2%	18%	25%	8%	3%	0,402%	4%



Resultado do Programa 4: Troca de experiência

No que diz respeito a trocas de experiências, uma colaboradora da WLSA participou no CSW 62 em conjunto com a WLSA Regional. A WLSA Moçambique financiou o *perdiem* da participante.

Solicitações de Parceiros

Registou-se também um grande número de solicitações, não previstas, de parceiros da OSC e de instituições do estado, para realizar apresentações sobre temas como a violência doméstica, os casamentos prematuros e os direitos humanos das mulheres. Embora importantes, estas apresentações consumiram bastante tempo.

Desenvolvimento institucional

Das 3 recomendações da auditoria financeira de 2016 foram implementadas 2 delas ao longo do ano, estando em processo o registo de controlo dos meios imobilizados que, por falta de recursos financeiros, não foi desenvolvido em 2017. A WLSA Moçambique continua a ter relativa estabilidade financeira e condições de trabalho adequadas para desenvolver os seus programas, com uma gestão eficiente, solidária e transparente.

Resultados do Programa 1: Diversificar as fontes de financiamento

O processo de angariação de fundos continua sendo preponderante para a WLSA considerando que somos uma organização de membros sem fins lucrativos dedicada aos programas de desenvolvimento e que tem como outras fontes de financiamento os doadores internacionais, as vendas das publicações de pesquisa, dos materiais educativos produzidos e consultorias realizadas pela WLSA. Continua a verificar-se a tendência de financiamento cada vez mais de fontes bilaterais e multinacionais num sistema de concursos em que as ONGs internacionais competem também de forma crescente como intermediárias. Há uma redução de financiamento para reforço da capacidade institucional o que se torna preocupante.

Por outro lado, as candidaturas para concursos internacionais obrigam a equipa da WLSA a ocupar tempo considerável a preparar propostas de projectos a submeter a concursos sem garantia de êxito. Em 2017, a WLSA passou a primeira fase de um concurso internacional da União Europeia sobre uma pesquisa para as eleições autárquicas 2018 e aguardamos o resultado final; fez-se uma parceria com a PATHFINDER para um concurso lançado pelo Governo do Canadá e igualmente aguarda-se os resultados; um projecto aprovado pelo MASC sobre CIDADES SEGURAS a ser implementado em 2018 num bairro suburbano da cidade de Maputo; com o financiamento da OXFAM BELGICA a WLSA participará numa pesquisa em Nampula no âmbito de um projecto multisectorial sobre o empoderamento de mulheres camponesas.

Resultados do Programa 2: Revisão do Manual de procedimentos e dos Estatutos da WLSA Moçambique

O Manual de Procedimentos foi actualizado. Para além da revisão dos procedimentos nas áreas de recursos humanos e financeira, foram integrados:

- a) Procedimentos nas áreas de pesquisa, de formação e de comunicação, lobby e advocacia;
- b) O regulamento do Centro de Documentação e Informação da WLSA;
- c) Código de conduta e conflitos de interesses;
- d) Tipos de recrutamento para os/as colaboradores/as.

Também os novos Estatutos da WLSA, após 2 anos de discussão com todos os membros, foi publicado no BR em Dezembro de 2017.

Busca-se igualmente garantir a estabilidade da carreira remuneratória dos e das trabalhadoras da WLSA, sendo para tal necessário rever a tabela salarial da WLSA de 2011. Para tal, aguarda-se disponibilidade de fundos para buscar a assessoria de uma empresa especializada, a seleccionar por concurso.

Resultados do Programa 3: Desenvolver o sistema de monitoria e avaliação dos programas da WLSA

A WLSA criou há 2 anos um sector de monitoria e avaliação para acompanhar e monitorar os programas, gerido pelo técnico alocado no sector e capacitado pela OXFAM e estágio na ActionAid. De notar que, por vezes, há dificuldades de se identificar indicadores de qualidade para algumas áreas, por se tratar de acções que visam mudanças a médio e longo prazo. Todavia, estamos aprendendo com a prática. Tem sido também útil a discussão do quadro lógico no âmbito do Programa AGIR.

Análise de riscos

Através da análise RAMON, identificaram-se alguns riscos que passaremos a discutir, a maioria dos quais já foram minimizados

- a) Os órgãos sociais não desempenham o seu papel – tem havido uma maior insistência nos contactos com as pessoas que compõem os órgãos sociais e espera-se uma relação mais estreita no futuro;
- b) Inexistência de uma política de género - em processo de finalização, faltando alargar a sua discussão aos órgãos sociais;
- c) Política anti-fraude não existente - já incluída no novo Manual de procedimentos;
- d) Manual de Procedimentos não actualizado - já terminada a nova versão;
- e) Reuniões não documentadas - embora não imprimidas, as sínteses estão arquivadas em ficheiros digitais;

- f) WLSA sem teoria de mudança - já elaborada;
- g) Documentos sem arquivo electrónico numa base de dados - em processo e aguarda-se fundos;
- h) Tabela salarial não actualizada - já em processo de *procurement* da Empresa a ser seleccionada (há 2 empresas candidatas e que já apresentaram propostas)
- i) Contratação de técnicos sem concurso e sem referências - Toda a contratação é submetida a concurso público, quer através dos jornais, quer através de contactos com redes e plataformas para anúncio de vagas. No entanto, o caso específico da pesquisa, dada a especificidade da área, a contratação é feita mediante identificação do ou da investigador/a com experiência comprovada na pesquisa e é sempre contratado em tempo parcial.
- j) Actualização dos TOR para cada trabalhador e colaborador – Os TOR estão a ser actualizados. Dado o reduzido número de trabalhadores, às vezes há dificuldades em clarificar bem as funções de cada um, porque costuma ser normal ter-se um papel polivalente. É preciso acomodar esta “elasticidade” de modo a evitar futuros problemas com a distribuição das tarefas.
- k) Necessidade de um guia de recepção de produto – feito.

ORÇAMENTO DO PLANO ANUAL 2017

O orçamento aprovado para o exercício em análise foi de 60.608.770 meticais para cobertura das actividades do plano operacional 2017 da Organização.

ÁREA		ORÇAMENTO
PESQUISA		7 802 831
FORMAÇÃO		11 112 772
COMUNICAÇÃO, LOBBY E ADVOCACIA		10 012 207
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL		31 680 960
TOTAL		60 608 770

4. RECEITAS/FINANCIAMENTO

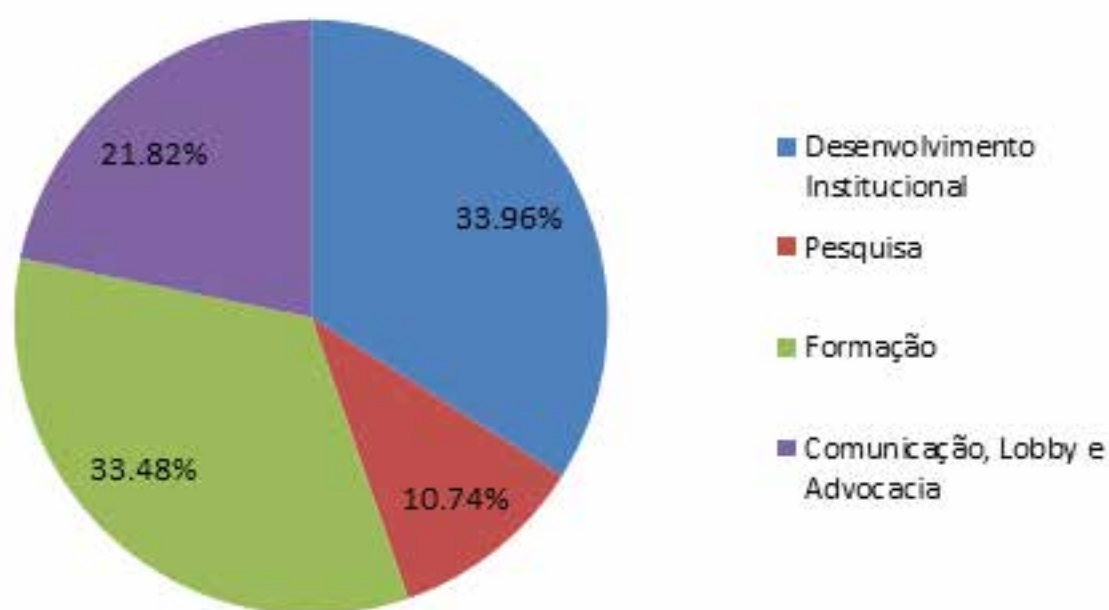
A WLSA conseguiu angariar durante o ano de 2017, o total de 50.183.383 meticais composto por: i) 7.636.831 meticais transitados de 2016; ii) 40.622.920 meticais desembolsos dos parceiros; e iii) outros proveitos de 1.923.632 meticais, perfazendo 82,80 % de realização de receitas para a cobertura do orçamento aprovado.

	31-DEZ-2017	
Saldo do Exercício Anterior		7 636 831
Financiamentos		
Oxfam Novib		23 824 223
União Europeia		5 251 608
Fhi360		8 606 611
MASC		960 459
Embaixada da França		413 187
Oxfam Novib AgriMulheres		1 566 832
Sub-total Financiamentos		40 622 920
Outros Proveitos		1 923 632
Total Recebimentos do Período		42 546 552
TOTAL RECEBIMENTOS		50 183 383

DESPESAS/GASTOS

Foram registadas no período em análise, despesas na ordem de 47 214 392 meticais correspondente a 77,90% da execução global do orçamento.

		31-DEZ-2017	
Código	Custos relacionados com actividades		
A.1	Desenvolvimento Institucional	16 035 402	33,96%
B.1	Pesquisa	5 069 379	10,74%
B.2	Formação	15 807 552	33,48%
B.3	Comunicação, Lobby e Advocacia	10 302 059	21,82%
	Total	47 214 392	



BRANCAS

Frontal



Lateral esquerda



Lateral direita



Verso



PRETAS

Frontal



Lateral esquerda



Lateral direita



Verso



Secção V - Conclusões e lições aprendidas

No conjunto, a WLSA atingiu as metas propostas no seu plano anual de 2017, apesar de alguns constrangimentos que atrasaram o início das actividades e interferiram com o seu ritmo de desenvolvimento. Os constrangimentos tiveram a ver com o atraso no desembolso de fundos, a insuficiência de financiamento para algumas actividades e inclusive a situação político-militar do país. Neste último caso, o levantamento de um grupo de populares que foi identificado pela imprensa como sendo parte de um grupo islâmico radical, impediu a realização de trabalho de campo em Palma, no âmbito do projecto de pesquisa sobre a exploração dos recursos naturais.

Outras actividades não desenvolvidas foram, nomeadamente, a publicação dos boletins Outras Vozes, a publicação dos materiais de sensibilização contra o casamento prematuro (no programa da reforma legal), o desenvolvimento do programa sobre a violência sexual na cidade de Maputo (só foi realizado o estudo de base), a revisão da tabela salarial da organização por uma empresa especializada, e a formação com as Ligas Femininas dos Partido Políticos.

Todavia, outras acções não previstas foram realizadas, nomeadamente várias intervenções para realizar palestras e capacitações (como apresentado em anexo “Participação em eventos”) e a assessoria ao Ministério de Género, Criança e Acção Social, em conjunto com a COWI, para a elaboração do Relatório de Avaliação da Implementação da Actual Política de Género e elaboração de uma nova.

Em 2017 conviveu-se com algumas das situações já vivenciadas anteriormente. Falamos concretamente das novas modalidades para obter financiamento, que doravante estão sujeitas a concurso público, obrigando o staff da organização a alocar uma parte importante do seu tempo a esta actividade, com prejuízo de outros programas. Todavia, apesar da instabilidade que esta imprevisibilidade cria, a WLSA tem vindo a reforçar a sua capacidade nesta área. Achamos que seria de envidar esforços no sentido de que esta estratégia dos parceiros seja amenizada, podendo, na medida da avaliação do trabalho realizado, haver mais financiamento directo às organizações.

Um outro aspecto já referido em outros anos e que se mantém actual é a necessidade de trabalhar em parcerias, por princípio e como estratégia de acção. Neste sentido, as antigas parcerias têm sido reforçadas. No entanto, vale a pena reflectir sobre estas dinâmicas de funcionamento das redes, pois uma grande parte das organizações são incentivadas, inclusive por parceiros de cooperação, a filiar-se em coligações, sem que na realidade essa iniciativa resulte de necessidades sentidas no desenvolvimento dos seus próprios trabalhos. Um dos resultados, é que algumas coligações estão a aumentar muito o número dos seus

membros, sem que esteja garantida uma posição comum de base em relação ao tema que é o objecto que justifica a sua existência.

Por exemplo, na reunião da CECAP que se realizou em Dezembro de 2017, com membros da 3ª Comissão do Parlamento, foi flagrante a constatação de que alguns representantes das organizações da coligação ainda achavam que o casamento prematuro (menor de 18 anos) deveria ser permitido, para salvar a honra da menina e da família. Esta dissonância de certa forma envergonhou a CECAP perante os seus convidados do Parlamento.

Um aspecto que foi sentido pela WLSA nos debates das grandes reuniões públicas havidas ao longo do ano, foi a manifestação de correntes do feminismo que desvalorizam a pesquisa, contrapondo a acção à reflexão teórica, criando assim uma polarização que pode inviabilizar o diálogo. Há uma espécie de tendência do imediatismo, apresentado como pragmatismo, que a médio e longo prazo pode levar a perder de vista o foco da acção, uma vez que sem estudo da realidade e sem um diagnóstico da situação, dificilmente se actuará no sentido da luta pela igualdade e pela justiça. Este é um dos fundamentos porque é cada vez mais importante insistir na capacitação e na disseminação dos resultados de pesquisas em diversos formatos, de modo a atingir um público crescente.

Finalmente, o ambiente político ao longo de todo o ano foi muito tenso, mesmo após a acalmia dos conflitos militares. O relacionamento do Governo com as OSC foi cauteloso e desconfiado, aspectos mais sentidos na intervenção (advocacia) no distrito de Moatize. Numerosos indícios parecem reflectir uma tendência de maior controlo da sociedade civil, e até por via legal, como está patente na proposta de uma nova lei das associações, que limita as possibilidades de autonomia e as converte em extensões do governo.

Para o ano de 2018 as perspectivas são de aprofundar as redes e plataformas de defesa dos direitos humanos, e em aproveitar de forma mais eficaz as oportunidades de influenciar para mudança. Por exemplo, estreitando laços com o Parlamento, nomeadamente com a 3ª Comissão, dos Assuntos Sociais, de Género e Meio Ambiente, e os memorandos de entendimento com sectores do Estado como a saúde, com associações que lutam no campo político pela equidade e igualdade de género, como é o caso da Associação das Mulheres Autarcas e com organizações e Ligas Femininas e da Juventude dos partidos políticos com representação parlamentar.



Secção VI

ANEXO 1 – Tabelas das acções de formação realizadas em 2017

Área	Designação do curso	Destinatários	Formandos- Total - M/H	Horas de Formação	Local	Colaboração
Direitos das comunidades	Empoderando mulheres e raparigas em zonas de exploração mineira	Agentes do Estado - Saúde, Educação e Polícia	T- 22 16 M/6 H	16 horas	Moatize	RAMBOG UPCT
Advocacia em direitos humanos – 1ª fase	Capacitação para planificar uma campanha de advocacia	Representantes das organizações filiadas na RAMBOG	T – 23 13 M/10 H	20 horas	Moatize	RAMBOG
Advocacia em direitos humanos – 1ª fase	Capacitação para planificar uma campanha de advocacia	Representantes das organizações filiadas na UPCT	T – 26 14 M/12 H	20 horas	Moatize	UPCT
Advocacia em direitos humanos – 2ª parte	Aprovação do plano de advocacia; oficina de teatro	Representantes das organizações filiadas na RAMBOG	T – 32 18 M/14 H	20 horas	Moatize	RAMBOG UPCT
Direitos das comunidades	Empoderando mulheres e raparigas em zonas de exploração mineira	Líderes comunitários	T - 18 4 M/14 H	16 horas	Moatize	RAMBOG UPCT
Direitos humanos das crianças	Combate aos Casamentos Prematuros	Representantes de Organizações da SC e sectores do governo	T – 24 17 M/7 H	24 horas	Lichinga	OSC locais: Direcções provinciais
Direitos humanos das crianças	Combate aos Casamentos Prematuros	Representantes de Organizações da SC e sectores do governo	T – 20 7 M/13 H	24 horas	Chimoio	
Direitos humanos das crianças	Combate aos Casamentos Prematuros	Representantes de Organizações da SC e sectores do governo	T – 28 16 M/12 H	24 horas	Tete	
Defesa dos direitos das Populações Chave- MTS e HSM	Prevenção do HIV e Serviços de Saúde Integrados à População Chave	Pontos Focais da WLSA do Projecto PASSOS nas províncias	T- 8 2 M/6 H	24 horas	Maputo	Parceiros do projecto PASSOS
Defesa dos direitos das Populações Chave (PC) - MTS e HSM	Perspectiva dos DH na prevenção e acesso aos serviços de HIV/SIDA para a PC	Parceiros do FHI 360 no projecto PASSOS na zona sul do país (Gaza e Maputo)	T-26 19 M/ 7H	24 horas	Maputo	Parceiros do projecto PASSOS

Defesa dos direitos das Populações Chave (PC) - MTS e HSM	Perspectiva dos DH na prevenção e acesso aos serviços de HIV/SIDA para as PC	Parceiros do FHI 360 no projecto PASSOS na zona centro do país (Beira, Chimoio e Tete)	T-29 17 M/12 H	24 horas	Beira	Parceiros do projecto PASSOS
Reforço do trabalho com os <i>media</i>	Defesa dos direitos das Populações Chave (PC) - MTS e HSM e acesso aos serviços de saúde	Jornalistas de imprensa escrita e de rádios comunitárias – Maputo cidade e províncias de Maputo e Gaza	T – 14 5 M/9 H	24 horas	Maputo	Parceiros do projecto PASSOS
Reforço do trabalho com os <i>media</i>	Os DSR como direitos humanos; destaque para o aborto seguro	Jornalistas de rádios comunitárias – Províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Tete	T – 18 8 M/10 H	24 horas	Beira	Parceiros da Rede DSR
Direitos humanos e combate à violência de género	Cultura, tradição e direitos humanos das mulheres	Parceiros do CIES	T – 25 13 M/12 H	8 horas	Beira	CIES
Direitos humanos e combate à violência de género	Cultura, tradição e direitos humanos das mulheres	Parceiros do CIES	T – 20 12 M/8 H	8 horas	Chimoio	CIES
Direitos Sexuais e Reprodutivos	Direitos humanos das mulheres e raparigas- educação não sexista	Futuros professores primários-formandos no IFP na Matola	T- 25 23 M/2 H	24 horas	Maputo	IFP
Direitos Sexuais e Reprodutivos	Direitos à Saúde das mulheres	Membros da Associação das Parteiras de Moçambique (APARMO)	T- 19 17 M/2 H	16 horas	Maputo	APARMO
Género no Judiciário	Igualdade de género, HIV/SIDA e a Lei contra a Violência Doméstica	Candidatos a magistrados	T – 24 8 M/16 H	5 horas	Maputo	CFJJ
Género no Judiciário	Igualdade de género e violência doméstica	Funcionários do SERNIC	T – 32 6 M/26 H	3 horas	Maputo	CFJJ

ANEXO 2 – Formação com jornalistas: na Rede DSR e no projecto PASSOS

Foram realizadas duas capacitações com jornalistas, uma no âmbito de trabalho com a Rede DSR e outra no Projecto PASSOS. O trabalho com os *media* é uma das prioridades para ampliar o espaço de disseminação das mensagens de direitos e para assim se garantir a sensibilização do público para os direitos humanos.

A acção esteve mais dirigida para os jornalistas das rádios comunitárias, por terem um contacto mais directo com as comunidades e, portanto, um maior potencial para a mudança.

Formação no Projecto PASSOS

A capacitação dirigida a jornalistas da zona Sul foi designada de “Jornadas de reflexão: “Estigma e discriminação contra MTS e HSH”, e decorreu em Maputo, de 12 a 14 de Setembro. Estiveram presentes 14 jornalistas, das rádios comunitárias provenientes das províncias de Gaza, Maputo província e Maputo cidade e outros da rádio Moçambique. Da imprensa escrita participaram jornalistas do jornal Público e do Correio da Manhã da cidade de Maputo.

Esta capacitação ofereceu a possibilidade de os jornalistas conhecerem, aprofundarem e discutir o assunto do estigma e discriminação e direitos humanos das MTS e HSH com especialistas na área médica, legal e social, que colaboraram com os mesmos para a produção de matérias sobre este tema e outros relacionados com os direitos e a saúde.

No final fez-se uma avaliação positiva da formação na medida em que foram alcançados os objetivos da mesma e os jornalistas presentes tiveram uma aceitação positiva do tema o que criou um ambiente favorável nos debates durante as apresentações.

Os jornalistas também se comprometeram em produzirem e passarem nas suas rádios matérias sobre promoção dos direitos humanos da população chave nas suas comunidades.

Formação na Rede DSR

A formação com jornalistas está englobada no trabalho de reforço do trabalho com os *media*, e decorreu de 19 a 21 de Setembro, na cidade da Beira. Contou com a participação de 18 jornalistas das rádios comunitárias, sendo 8 mulheres e 10 homens. Os participantes era oriundos das províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia.

Os temas tratados foram: Direitos humanos e desigualdades de género, o que são os DSR, o aborto inseguro em Moçambique e a legislação sobre o aborto, violência de género e DSR; os casamentos prematuros – violação dos direitos das meninas, violência obstétrica – o que é e o que fazer, os direitos das minorias sexuais.

Contou-se com a presença de um médico do Hospital Central da Beira e activistas da Lambda na cidade da Beira.

O curso foi concebido e dirigido pela WLSA, com a colaboração de 2 activistas, um da Rede HOPEM e outra da Muleide. A intenção foi de formar estes últimos para que possam replicar esta capacitação em outras províncias. O financiamento desta actividade foi da *Amplify Change*, cujos fundos são geridos pela AMMCJ com a participação de todos membros da Rede na sua implementação.

É de destacar a realização de uma palestra seguida de debate (total 3 horas), para os membros da Rede DSR, sobre discriminação e estigma da comunidade LGBT e das trabalhadoras de sexo. Com esta apresentação também se fez a articulação do programa PASSOS com a Rede.

Os participantes indicaram como mais positivo: os conteúdos da formação serem de interesse social, com destaque para o aborto e o planeamento familiar, ter permitido que os participantes mudassem de atitudes em relação aos temas tratados, o ter juntado pessoas de diferentes províncias permitiu o intercâmbio de conhecimentos e o domínio dos temas ministrados pelos facilitadores e convidados.

Foi indicado como tendo agradado menos, entre outros aspectos de logística, o tema sobre as comunidades LG-BTI.

ANEXO 3 – Advocacia em zonas de exploração mineira



Este programa é financiado:



UNIÃO EUROPEIA



Parceiros:



WLSA Moçambique



Moatize, 2017

Projecto: “Empoderamento das Raparigas e Mulheres em Zonas de Exploração Mineira”

2016 – 2017 – 2018

CAMPANHA DE ADVOCACIA EM TETE

(RAMBOG e UPCT, com o apoio da WLSA)



Título geral da campanha:

“UDHINDO: Em defesa dos Direitos Humanos e Meio Ambiente”

A **campanha** terá duas temáticas centrais:

- 1. Poluição do meio ambiente pela acção das indústrias de exploração de carvão mineral**
- 2. Violência doméstica contra as raparigas e mulheres**

Período: De 15 de Setembro de 2017 a 14 de Abril de 2018 (7 meses)

Objectivo geral:

Divulgar e criar condições para a mudança nos problemas da poluição do meio ambiente provocada pela acção das mineradoras e combater a violência doméstica que atenta contra os direitos das mulheres e raparigas.

Objectivos específicos:

1. Autoridades das áreas relevantes, a todos os níveis, reconhecem os altos níveis de poluição do solo, do ar e da água, provocados pela acção das empresas de mineração, e predisõem-se a agir;
2. Empresas de mineração são confrontadas publicamente com os efeitos da mineração nas comunidades de Moatize;
3. Comunidades afectadas reconhecem o problema e dão o seu suporte publicamente, mostrando ser grande o número dos/das afectados/as;
4. As comunidades reconhecem que a violência doméstica contra as mulheres é um crime e um atentado aos direitos das mulheres;
5. Instituições do governo como a polícia e a saúde trabalham com as comunidades para prevenir a violência doméstica;
6. Mulheres nas comunidades reconhecem que são sujeito de direitos e denunciam a violência doméstica.

1º Tema - Poluição do meio ambiente pela acção das indústrias carboníferas

Situação:

A mineração do carvão provoca a poluição da água. A água contaminada, por sua vez, vai contaminar os rios que estão próximos, afectando a saúde e os meios de subsistência das comunidades. A poeira e a fuligem que aparece durante o transporte do carvão e com as explosões contribuem também para a poluição do ar.

Lembrar que a Lei do Ambiente (Lei nº 20/97, de 1 de Outubro), nos seus princípios, afirma que se deve responsabilizar a pessoa ou entidade que polui, que deve reparar ou compensar os danos daí decorrentes.

Resultados esperados:

- Divulgada a situação de poluição do meio ambiente em resultado da acção das mineradoras (nº de artigos na imprensa e nº de programas de rádio)
- Membros do governo das áreas responsáveis, aos níveis distrital, provincial e nacional informados dos impactos ambientais e consequências da acção das mineradoras (nº de reuniões com o governo e nº de participantes)

Grupos-alvo

A nível local:

1. Administrador do distrito
2. Presidente do município
3. Serviços de Planeamento e Infra estruturas
4. Serviços distritais de Actividades Económicas
5. Serviços Distritais de Saúde, Género, Criança e Acção Social

6. Especialista em saúde (médico)
7. Especialistas em qualidade da água, do ar e do solo
8. Direcções de empresas de mineração
9. Líderes das comunidades afectadas
10. Líderes religiosos
11. Homens e mulheres nas comunidades

A nível provincial:

1. Governador provincial
2. Direcção Provincial do Meio Ambiente
3. DP da Agricultura
4. DP Saúde
5. Público em geral

A nível nacional:

1. Primeiro-Ministro
2. Ministro do Meio Ambiente
3. Ministro da Agricultura
4. Ministro da Saúde
5. Público em geral

A nível regional e internacional

1. Sindicatos de mineiros

2º Tema – Violência doméstica contra as mulheres

Situação

A violência doméstica é um problema que atinge muitas mulheres em todo o mundo. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que 1 em cada 3 mulheres que responderam a um inquérito realizado em 22 países, declarou ter já sofrido uma forma de violência física no âmbito de uma relação de conjugalidade.

Moçambique não é excepção a esta situação, sendo que a violência doméstica atinge um grande número de mulheres, chegando a provocar incapacidade e até a morte. No âmbito da Lei Contra a Violência Doméstica que se aprovou em 2009, a violência doméstica é todo o acto contra a mulher, que provoque danos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, a imposição de restrições ou privação arbitrária das liberdades na vida pública ou privada.

A violência doméstica é uma forma de violência diferente das outras, pois as mulheres que a sofrem não vi-

vem episódios isolados, mas encontram-se numa relação violenta. Quer dizer, muitas vezes sofrem vários episódios de agressão ao longo dos anos. Na realidade, a violência doméstica é uma forma de controlo dos homens sobre as mulheres para mantê-las dóceis e obedientes, sendo que muitas vezes é justificada como servindo “para ensinar”.

As agressões podem ser seguidas de um período de arrependimento ou pelo menos de calma, no qual o agressor nega ou minimiza a agressão e pode prometer que não volta a fazer. No entanto, a violência normalmente repete-se, com mais frequência e intensidade.

As comunidades em Moatize, já bastante afectadas e desestruturadas em virtude da implantação das indústrias mineradoras e dos reassentamentos, conhecem altos índices de violência doméstica. As mulheres e as raparigas, as principais vítimas, já enfrentando dificuldades na luta diária para a subsistência, têm também de viver na vida de violência, maus tratos generalizados e atentados à sua dignidade.

A violência doméstica impede que as mulheres e raparigas usufruam plenamente dos seus direitos de cidadania e afecta influencia negativamente o desenvolvimento das comunidades.

Resultados esperados

- Aumento do número de denúncias à polícia (pelo menos 20%);
- Homens e mulheres nas comunidades, sensibilizados sobre a violência doméstica e conhecendo a lei (nº de eventos e nº de participantes, comparando com a população adulta);
- As direcções da escola, as instituições de saúde e a polícia assumem compromisso para sensibilizar e mobilizar contra a violência doméstica (compromissos escritos ou falado e gravado).

Grupos-alvo

A nível local:

1. Administradora do distrito
2. Presidente do município
3. Serviços Distritais de Saúde, Género, Criança e Acção Social
4. Direcções de unidades sanitárias
5. Comando Distrital da PRM/Gabinetes
6. DD Educação
7. Direcções de escolas
8. Líderes comunitários e religiosos

9. Juízes dos Tribunais Comunitários
10. IPAJ e Procuradoria Distrital
11. Homens e Mulheres nas comunidades

A nível provincial:

1. Direcção Provincial de Saúde
2. Comando Provincial da Polícia
3. DP Educação e Desenvolvimento Humano
4. DP Género, Criança e Acção Social
5. Parlamento Infantil
6. Público em geral

A nível nacional:

1. Ministro do Interior
2. Público em geral

ANEXO 4 – Participação em eventos

Nesta rubrica “participação em eventos”, incluímos todas as actividades resultantes de solicitações dos parceiros e não previstas inicialmente. Embora o volume de horas que estas intervenções consomem possam correr o risco de interferir com o desenvolvimento das acções planificadas, elas representam importantes oportunidades de intervir em outros fóruns. A seguir se apresentam as participações, organizadas de acordo com os temas.



Anexo 5 - Relatório do Website website – www.wlsa.org.mz

Em 2017 o número de visitas ao website da WLSA diminuiu ligeiramente em relação ao ano anterior. O número de visitantes que acedeu ao site usando um telemóvel continuou a crescer e constitui actualmente 60%. O número de visitantes de fora de Moçambique decresceu consideravelmente.

Número de visitas diminui ligeiramente

Depois de um ano de crescimento substancial, recuperando as “perdas” sofridas pela transferência do site para o *WordPress*, o número de visitas ao *website* estagnou em 2017. O número total de visitantes foi de 83 634, uma média de 229 visitas por dia. O gráfico em baixo mostra como se desenvolveu o número de visitas desde o lançamento do site em 2006.



É difícil saber exactamente o que causou este decréscimo. Um dos factores que pode ter contribuído é o crescimento do número de pessoas que acedem ao site usando um telemóvel ou *tablet*, enquanto o site ainda não é optimizado para a dimensão menor do écran deste tipo de dispositivo.

Em média cada visita consulta 3,13 páginas. As cinco páginas mais lidas são as seguintes:

1. Lei da Família (2): Disseminação da Lei da Família e lógicas da sua apropriação por parte das instituições do Estado. O caso dos Serviços de Registo Civil⁴
2. Os ritos de iniciação: identidades femininas e masculinas e estruturas de poder⁵
3. A página inicial
4. Aplicação da lei de violência doméstica em Moçambique: constrangimentos institucionais e culturais. A experiência dos Tribunais⁶
5. Leis Nacionais⁷. (Fonte: *Google Analytics*).

O uso do telemóvel continua a crescer

O acesso à Internet através do telemóvel continua a aumentar. Este ano o número de visitantes que usou um *smart phone* ou uma *tablet* para aceder ao *site* da WLSA constituiu 60% do total (57,1% usaram telefones e 2,9% *tablets*). O uso do computador como meio de acesso à Internet decresceu de mais de 80% em 2013 para cerca de 40% em 2017, como mostra o gráfico em baixo. (Fonte: *Google Analytics*).

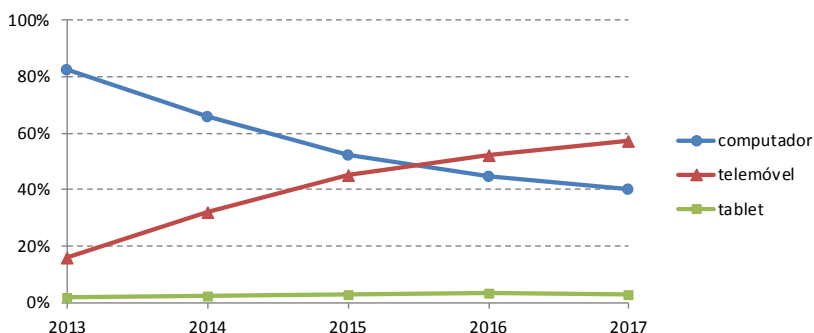
4 <http://www.wlsa.org.mz/artigo/lei-da-familia-2-disseminacao-da-lei-da-familia-e-logicas-da-sua-apropriacao-por-parte-das-instituicoes-do-estado-o-caso-dos-servicos-de-registo-civil/>

5 <http://www.wlsa.org.mz/artigo/ritos/>

6 <http://www.wlsa.org.mz/artigo/aplicacao-da-lei-de-violencia-domestica-em-mocambique-constrangimentos-institucionais-e-culturais-a-experiencia-dos-tribunais/>

7 <http://www.wlsa.org.mz/leisnacionais/>

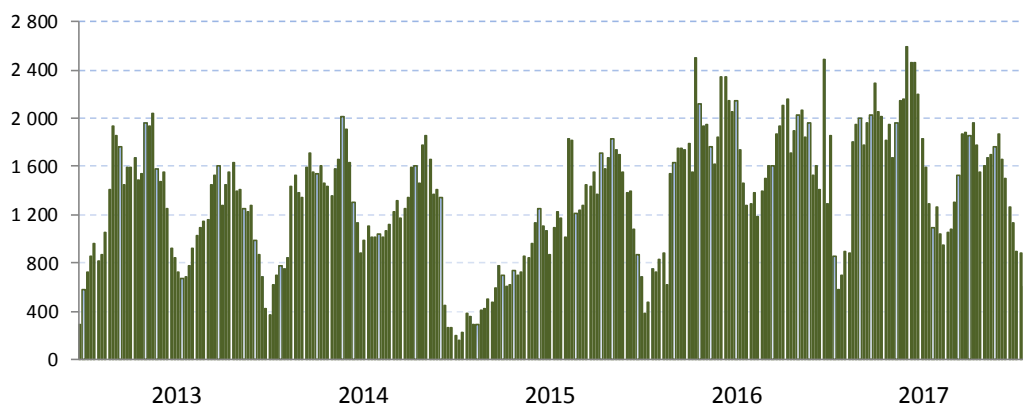
Dispositivo usado para aceder ao site



O *site* da WLSA - criado quando ainda havia poucos telefones com acesso à Internet - é optimizado para ser reproduzido num ecrã de computador, com dimensões superiores dos de telemóveis ou *tablets*. Para facilitar o acesso ao *site* para a crescente categoria de pessoas que naveguem a Internet com o seu telemóvel – e para evitar a perda de leitores potencialmente interessados no conteúdo do site – a adaptação do *site* para que reaja ao tipo de ecrã do visitante, optimizando a visualização, deveria ser prioritária para a WLSA.

O gráfico em baixo mostra o número de visitas por semana, durante os últimos cinco anos (Fonte: *Google Analytics*).

Número de visitas por semana 2013-2017



Novos conteúdos

Ao longo do ano de 2017, diversos novos conteúdos foram acrescentados ao *site*. A actualização da Revista de Imprensa, iniciada em 2015, continuou e o número de recortes já ultrapassou os 1600, cobrindo muito do que foi escrito na imprensa nacional sobre mulheres entre 2013 e 2017.

Foram acrescentadas 22 novas “Breves” (notícias curtas em formato de *blogue*) em 2017, elevando o total a 257. As breves são lidas por muitos visitantes e frequentemente incitam o leitor a fazer algum comentário. Em 2017 foram acrescentados 52 novos comentários, elevando o total para 396.

Mais um livro – o relatório de pesquisa sobre o reassentamento das populações como consequência da extracção de carvão em Tete – foi colocado à disposição do leitor (em formato PDF). Actualmente o número total de publicações disponíveis *on-line* é de 13 livros em português e 3 em inglês. O número de artigos (publicados no Boletim *Outras Vozes*) não mudou, mantendo-se em 101 artigos em português e 55 em inglês.

Foram também acrescentados novos cartazes, cartões e postais. Ao todo, além dos artigos, breves e recortes, o *site* é composto por cerca de 165 páginas.

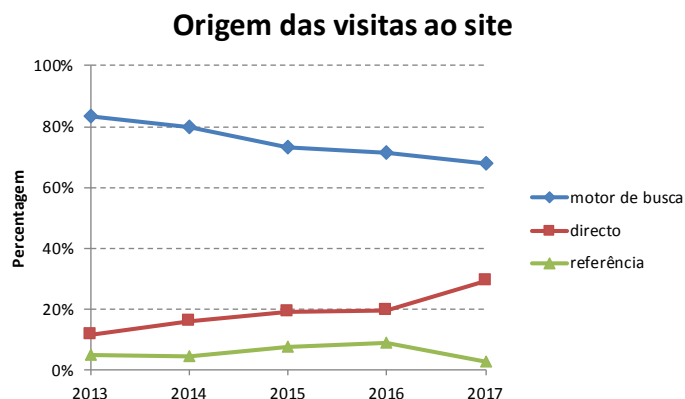
A maior parte dos visitantes do *site* é constituída por falantes de português, mas há um grupo considerável de leitores que não domina esta língua; para estes existe uma página com informações sobre o *site* e sobre a WLSA em inglês. Em 2017 a página em inglês foi algumas vezes actualizada, mas não com a desejada frequência e regularidade.

Fontes das visitas

As “fontes” das visitas - onde estavam os visitantes antes de entrar na página da WLSA – podem ser divididas em três

categorias: usando um dos motores de busca existentes, directamente (digitando o endereço, usando um marcador de páginas ou clicando nalgum *link* localizado no próprio computador, por exemplo num documento em formato PDF ou Word) e através de uma referência (*link*) nalguma outra página da Internet.

Os dados recolhidos por *Google Analytics* entre 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2017 indicam que neste período 74% dos visitantes chegaram ao *site* a partir de um dos motores de busca, 20% entrou directamente e apenas 6% através de um *link* nalguma outra página da Internet.

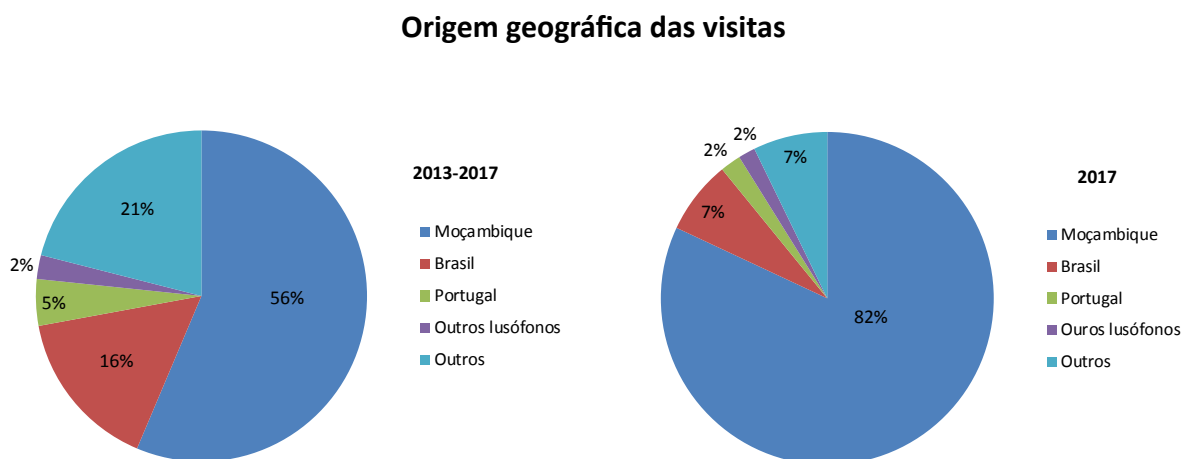


O gráfico acima mostra como estes números evoluíram ao longo dos últimos cinco anos e indica uma ligeira diminuição da importância dos motores de busca. Por outro lado, a percentagem de visitantes que chegaram ao site através de alguma referência (*link*) baixou em 2017 para menos de 3%. Esta redução pode ter sido mais um factor contribuinte à ligeira descida do número de visitas. A duração média das visitas nestes cinco anos foi de 1:43 para visitas resultantes de um motor de busca, 1:59 para entradas directas e 2:25 para visitantes através de um *link*.

Entre os motores de busca, o Google tem praticamente o monopólio: 95% das visitas a partir de um motor de busca usou o Google. O segundo motor mais usado é o Bing, com 2% das visitas.

Localização dos visitantes

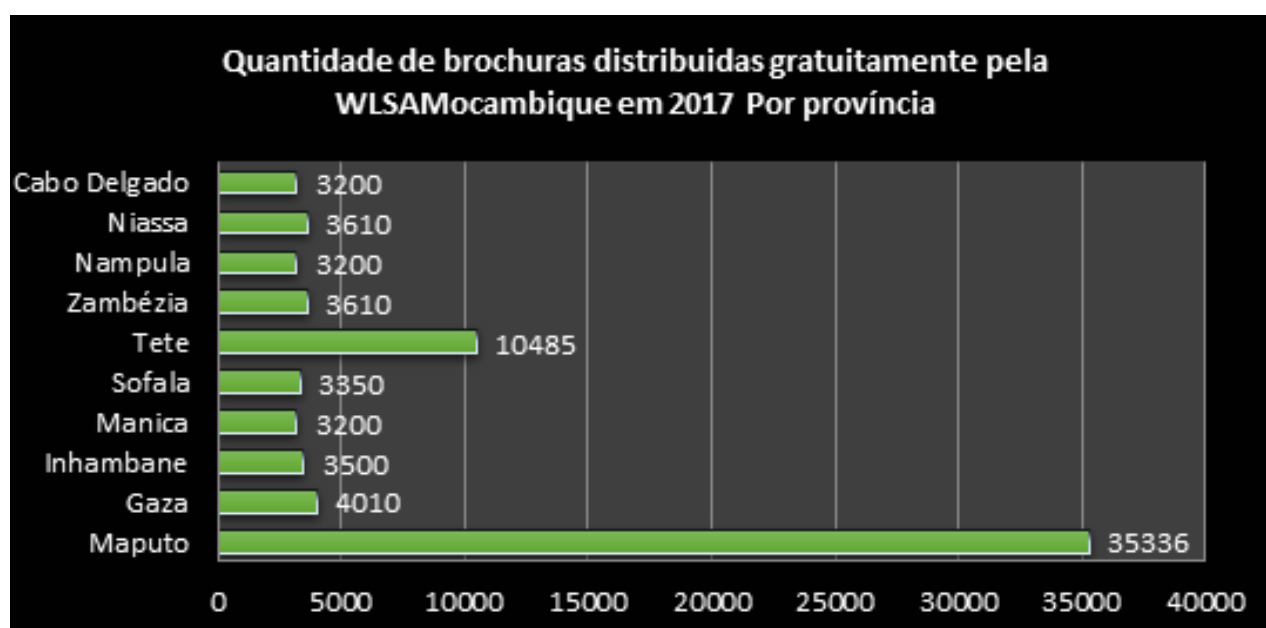
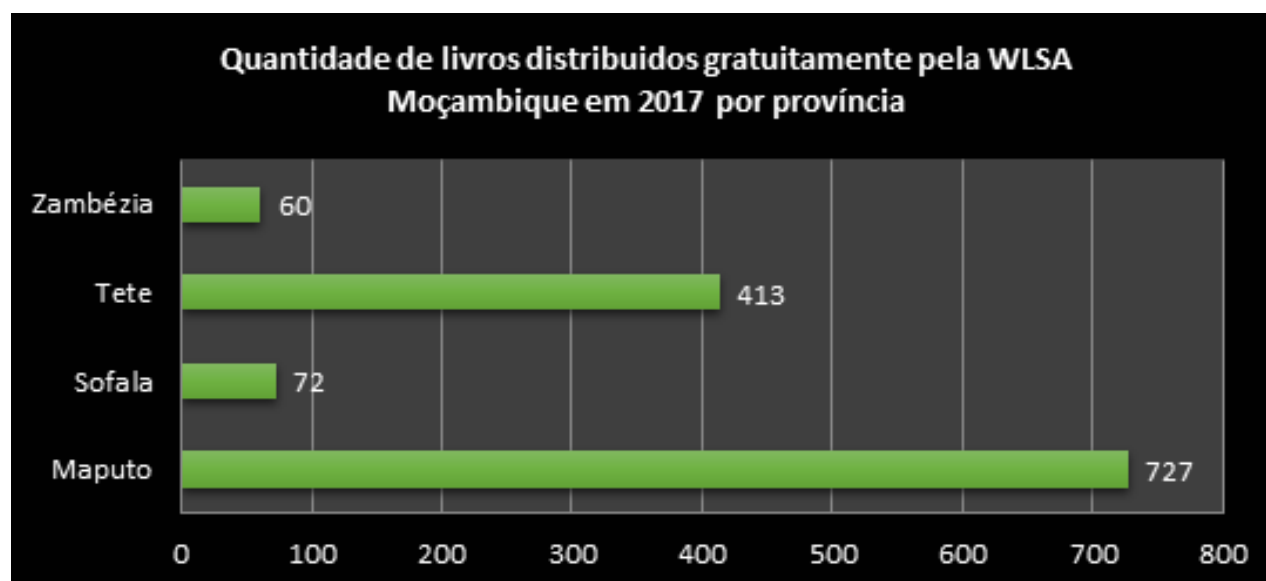
Das 350.346 visitas registadas pelo *Google Analytics* nos últimos cinco anos, de 4,3% não foi possível identificar o país de origem. Das restantes 95,7% a distribuição da sua localização foi como mostra o diagrama a seguir.



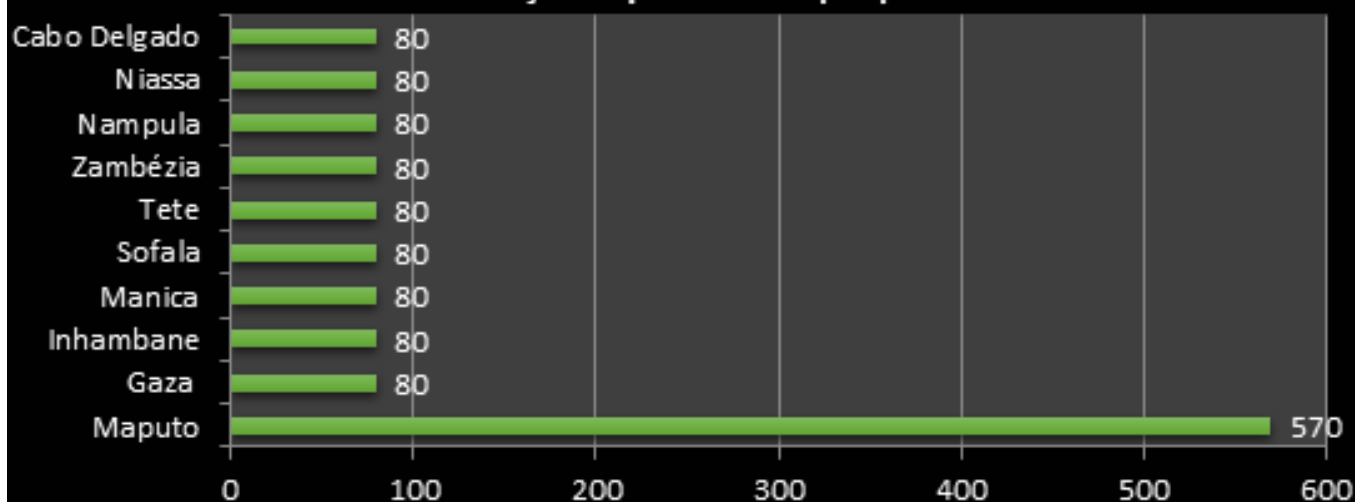
O maior número de visitantes localiza-se dentro de Moçambique e 79% de todas as visitas origina num país de língua oficial portuguesa. Comparando os dois diagramas acima constata-se que a percentagem de visitas oriundas de Moçambique tende a crescer: em 2017 mais de 4 em cada 5 visitas originava em Moçambique. Por outro lado, apenas 7% das visitas originava num país não-lusófono. A WLSA deveria considerar dar mais atenção aos seus leitores não-falantes de português.

ANEXO 6 - Centro de Documentação e Informação

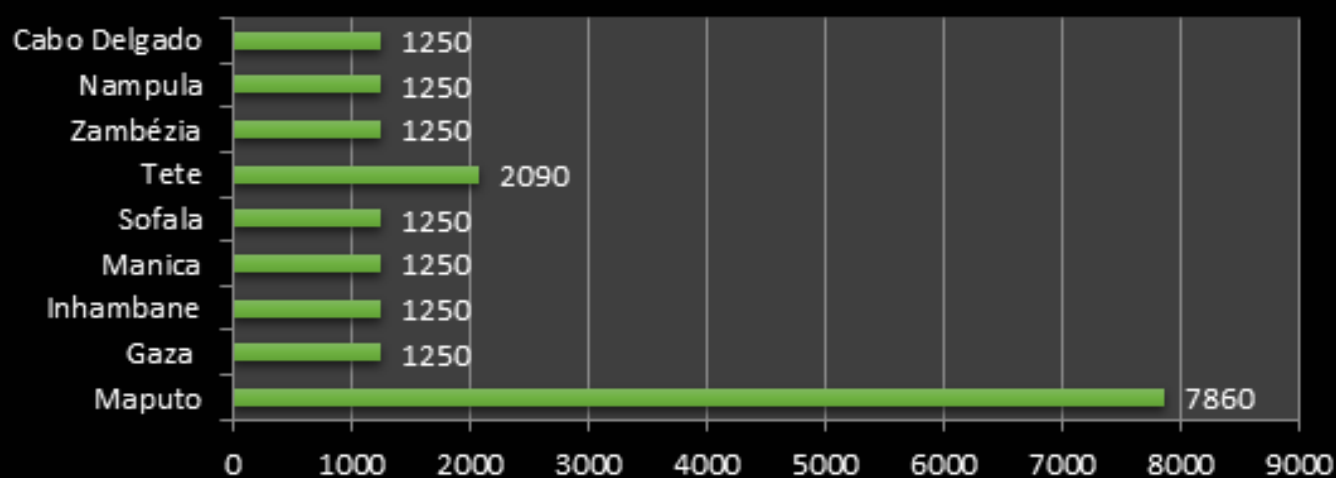
Resumo dos materiais distribuídos pela WLSA Moçambique em 2017



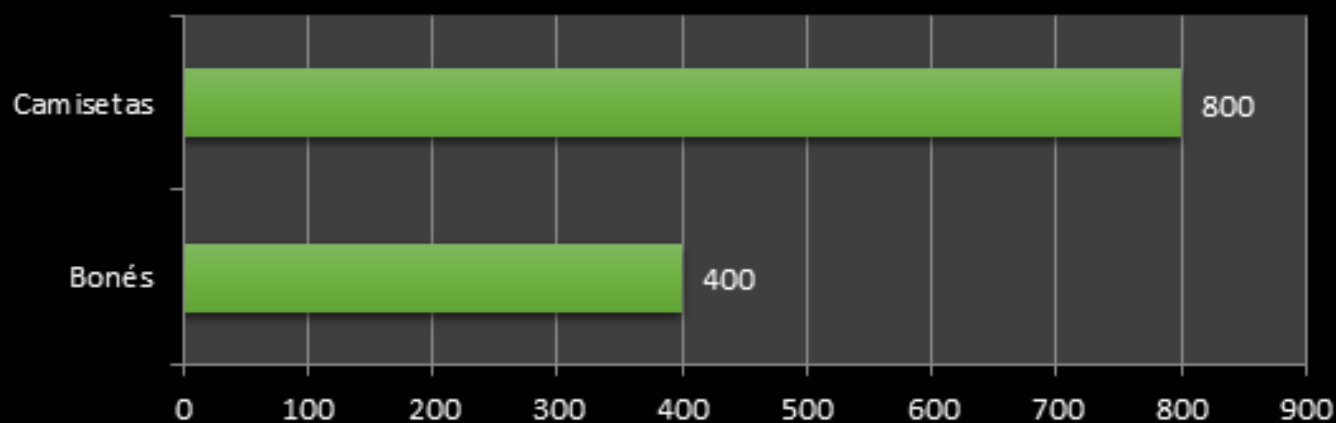
Quantidade de Agenda Mulher distribuídas gratuitamente pela WLSAMoçambique em 2017 por província



Quantidade de folhetos distribuídos gratuitamente pela WLSAMoçambique em 2017 por província



Quantidade de bonés e camisetas enviadas para Tete pela WLSAMoçambique em 2017



Exposições das Publicações da WLSA Realizadas pelo Centro de Documentação e Informação (CDI) em 2017

Evento	Lugar	Instituição Organizadora
Exposição e Marcha “Dia dos Direitos Humanos”	Maputo	Joint
Exposição “Mês da Mulher”	Manhiça	Rede dos DSR
Exposição “Dia Internacional da Acção pela Saúde da Mulher”	Maputo	Rede dos DSR
Exposição “Lançamento do Livro sobre Indústria Extractiva”	Maputo	WLSA
Exposição “Conferência Alargada da Federação Internacional das Mulheres”	Maputo	AMMCJ
Exposição “Conferência Internacional de IESE”	Maputo	IESE
Exposição “Mês da Mulher”	Maputo	ROSC

Publicações Esgotadas

Título	Autor	Ano de Publicação	Observação
Os ritos de iniciação no contexto actual: Ajustamento, rupturas e confrontos, construindo identidades de género	Conceição Osório; Ernesto Macuácu	2013	
A Lei da Família e a igualdade de direitos: balanço da sua aplicação	Maria José Arthur; Teresa Cruz e Silva; Yolanda Siteo; Edson Mussa	2012	
Não sofrer calada. Violência contra mulheres e crianças: Denúncia e gestão de conflitos	Margarita Mejia; Conceição Osório; Maria José Arthur	2004	
“Brochura” Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a mulher (Lei nº 29/2009)	Yolanda Siteo	2013	
“Brochura” O casamento prematuro	Conceição Osório; Josefina Tamela	2013	
“Brochura” Atendimento em Violência de Género	Margarita Mejia	2009	